



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Julho de 2013

Primeira Avaliação no Âmbito da Facilidade de Crédito Alargado

No contexto da primeira avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa do FMI após o término das discussões com as autoridades de São Tomé e Príncipe, em 21 de Março de 2013, sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi concluído em 29 de Maio de 2013, com base na informação disponível à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo FMI.
- **Comunicado de Imprensa** que resume as opiniões do Conselho de Administração.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades de São Tomé e Príncipe*
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades de
São Tomé e Príncipe*
Memorando Técnico de Entendimento*

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431
Telephone: (202) 623-7430 • Telefax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

PRIMEIRA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO

29 de Maio de 2013

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto. Um novo governo de coligação está no poder desde o final de 2012. Este governo pretende manter a prudência orçamental e continuar com as reformas estruturais para apoiar o crescimento sustentável e o alívio da pobreza, em linha com as políticas apresentadas no programa apoiado pelo acordo ECF. As perspectivas a médio prazo continuam a ser positivas, mas os choques externos e internos afectaram adversamente a economia a curto prazo.

Desempenho do programa. Apesar do ambiente complexo, a implementação global do programa tem sido boa. Todos os critérios de desempenho contínuos e do final de Dezembro de 2012 foram observados, tendo sido cumpridos quatro indicadores de referência estruturais no final de Dezembro (embora duas delas com atraso) e um indicador foi parcialmente cumprido.

Políticas macroeconómicas a curto prazo. O quadro de políticas macroeconómicas das autoridades para 2013 foi formulado em torno de uma postura de prudência orçamental, ancoragem da dobra ao euro e políticas financeiras sólidas. A meta para o défice primário interno, de 3,1% do PIB (praticamente inalterada desde 2012), é consistente com o orçamento aprovado e está em linha com o financiamento não gerador de dívida projectado. Para cumprir a meta orçamental – e criar espaço adicional para as despesas com infra-estruturas prioritárias e para a redução da pobreza – as autoridades fortalecerão a arrecadação de receitas, modernizando as administrações fiscal e aduaneira e alargando a base tributável, que incluirá despesas não prioritárias. O Banco Central monitorizará de forma rigorosa a solidez financeira do sector bancário, incluindo a realização das inspecções *in situ* planeadas, e estará pronto para exigir aos bancos que aumentem o seu capital, conforme necessário, para assegurar a estabilidade financeira.

Aprovado por
David Owen e
Elliott Harris

As discussões tiveram lugar em São Tomé entre 8 e 20 de Março de 2013. A equipa foi composta pelos Srs. Ricardo Velloso (chefe), Wendell Daal, Justin Matz e Marcio Ronci (todos do AFR). O Sr. Thierry Nguema Affane (OED) acompanhou a missão e participou em todos os debates de políticas. A missão reuniu-se com o Ministro das Finanças Hélio Silva Almeida, com a Governadora do Banco Central Maria do Carmo Silveira, com outros funcionários superiores e com os principais representantes do sector privado e dos parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

SUMÁRIO

CONTEXTO	4
DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E PERSPECTIVAS A CURTO PRAZO	4
DESEMPENHO AO ABRIGO DO PROGRAMA APOIADO PELA ECF	6
POLÍTICAS MACROECONÓMICAS A CURTO PRAZO	7
A. Reforço das Finanças Públicas	7
B. Reforço da Gestão da Liquidez e Estabilidade Financeira	9
C. Reforço do Sistema Estatístico	9
MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA E SALVAGUARDAS	10
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	10
FIGURAS	
1. Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes	12
2. Indicadores Orçamentais, 2005–12	13
3. Evolução da Moeda e do Crédito, 2005–12	14
4. Sector Externo, 2005–12	15

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos, 2008–15 _____	16
2. Operações Financeiras do Governo Central, 2008–15 (Mil milhões de Dobras) _____	17
3. Operações Financeiras do Governo Central, 2008–15 (Percentagem do PIB) _____	18
4. Síntese das Contas do Banco Central, 2008–15 (Mil milhões de Dobras) _____	19
5. Síntese Monetária, 2008–15 (Mil milhões de Dobras) _____	20
6. Indicadores de Solidez Financeira, 2008–12 _____	21
7. Balança de Pagamentos, 2008–15 (Milhões de USD) _____	22
8. Balança de Pagamentos, 2008–15 (Percentagem do PIB) _____	23
9. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2008–15 _____	24
10. Cronograma de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2012–15 _____	25

APÊNDICE

Carta de Intenções _____	26
--------------------------	----

ANEXOS

I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2013 _____	28
II. Memorando Técnico de Entendimento _____	38

CONTEXTO

O governo de coligação que tomou posse no final de 2012 pretende manter a prudência orçamental e continuar com as reformas estruturais em apoio ao crescimento sustentável e ao alívio da pobreza.

1. **Um novo governo tomou posse no final de 2012.** O governo minoritário anterior sofreu uma moção de censura da Assembleia Nacional no dia 26 de Novembro de 2012 e foi formalmente demitido pelo Presidente Pinto da Costa a 4 de Dezembro de 2012. Sob a liderança do Primeiro-Ministro Gabriel Costa, foi formado um novo governo maioritário de coligação, que integra os outros três partidos políticos com representação na Assembleia Nacional. O novo governo foi empossado pelo Presidente a 12 de Dezembro de 2012.
2. **As políticas do novo governo estão em total consonância com as políticas delineadas no programa apoiado pelo acordo ECF trienal e na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) II.** Estas políticas têm como objectivo criar as bases para o desenvolvimento económico, centrando-se no crescimento sustentável e no alívio da pobreza. Neste âmbito, as autoridades salientam que a política orçamental continuará a apoiar a estabilidade macroeconómica e os esforços contínuos para reduzir a inflação, assegurando que o défice primário interno esteja em linha com o financiamento não gerador de dívida disponível. Tendo em consideração o papel crítico da gestão de liquidez e da supervisão bancária na manutenção da estabilidade, as autoridades pretendem garantir a independência do Banco Central na realização dos seus trabalhos técnicos em consonância com o regime de taxa de câmbio fixa.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E PERSPECTIVAS A CURTO PRAZO

A economia continua vulnerável a choques, conforme reflectido no baixo crescimento e num menor declínio da inflação em 2012, mas as autoridades conseguiram preservar a prudência orçamental arduamente conquistada. Embora as perspectivas a médio prazo continuem positivas, as perspectivas a curto prazo representam um desafio.

3. **A economia continua vulnerável a choques externos e internos.** O crescimento desacelerou para 4% em 2012, reflectindo uma incerteza global persistente, particularmente na Europa, o que contribuiu para um abrandamento do investimento directo estrangeiro e da execução do programa de investimento público financiado com recursos externos (Tabela 1, Figura 1). Após o declínio para 8% em Abril de 2012, o nível mais baixo numa década, a inflação subiu nos meses

seguintes devido às chuvas excepcionalmente fortes que interromperam o fornecimento de produtos perecíveis, atingindo 10,5% no final de 2012.

4. **O défice primário interno programado para 2012 foi cumprido, uma vez que as autoridades cortaram a despesa pública para compensar a queda nas receitas** (Tabelas 2 e 3, Figura 2). O fraco desempenho da receita resultou sobretudo dos direitos aduaneiros e impostos sobre o consumo e os lucros, que ficaram abaixo do esperado devido ao enfraquecimento da economia, e da acumulação de atrasados de impostos sobre o combustível devidos pela Empresa Nacional de Combustível (ENCO). O governo restringiu as despesas primárias internas, principalmente através da redução do número de execuções de transferências e despesas de capital financiado com recursos internos, enquanto os gastos mais reduzidos com bens e serviços referiram-se em grande parte a contas de serviços de utilidade pública não pagas.

5. **O crescimento monetário acelerou ligeiramente em 2012, reflectindo uma acumulação de activos estrangeiros que mais do que contrabalançou o crescimento estacionário do crédito ao sector privado** (Tabelas 4 e 5, Figura 3). Depois do crescimento acelerado em 2009–10 para financiar o consumo, o crescimento real do crédito no sector privado abrandou em 2011 e estagnou em 2012, à medida que se foi verificando uma redução das novas fontes de crédito e o endividamento das famílias atingiu níveis recorde.

6. **O Banco Central continua a tomar medidas para fortalecer o sector financeiro.** A rentabilidade e o rácio fundos próprios/activos ponderados pelos risco dos bancos comerciais diminuíram em 2012, reflectindo condições de concessão de créditos mais rigorosas (Tabela 6). O Banco Central continua a fortalecer a sua função de supervisão bancária através de inspecções *in situ* e da aplicação de regulamentos bancários. A proporção total do crédito malparado estabilizou nos 20% em 2012. O Banco Central está a monitorizar cuidadosamente a solidez financeira dos bancos comerciais e a assegurar que os bancos continuam a ter um rácio fundos próprios/activos ponderados pelos risco acima dos 10%. Assumiu recentemente as operações do Island Bank, depois de esta instituição não ter conseguido cumprir os requisitos de supervisão e não ter submetido planos de medidas correctivas. Este pequeno banco comercial, com apenas 5% dos depósitos do sistema, permanecerá sob a gestão do Banco Central durante 90 dias.

7. **O défice da conta corrente externa melhorou ligeiramente em 2012** (Tabelas 7, 8 e 9, Figura 4). Uma actividade económica mais fraca levou a um menor crescimento das importações e a um aumento mais do que compensatório dos preços internacionais dos alimentos e combustíveis. As reservas internacionais do Banco Central no final de 2012 ficaram confortavelmente acima do limite mínimo (piso) do programa de três meses de importações.

8. **Embora as perspectivas a médio prazo continuem positivas, o panorama económico a curto prazo representa um desafio.** A perspectiva de crescimento económico a médio prazo é positiva, reflectindo, *inter alia*, o início previsto da produção de petróleo e das exportações em 2015. No entanto, o crescimento para 2013 foi revisto em baixa, de 5,5 para 4,5%, à luz das incertezas remanescentes de uma conjuntura externa difícil e das fracas perspectivas de financiamento externo para os projectos de investimento públicos e privados. Os riscos ascendentes desta projecção resultam principalmente de uma recuperação mais forte do que o esperado na Europa, e os riscos descendentes estão principalmente associados a possíveis atrasos na execução de projectos devido a défices de financiamento. A inflação no final de 2013 foi revista em alta, de 6% para 7–9%, reflectindo uma redução mais realista da inflação e as vulnerabilidades da taxa de inflação a choques associados à oferta. Prevê-se que as reservas internacionais do Banco Central permaneçam acima dos três meses de importações durante 2013.

DESEMPENHO AO ABRIGO DO PROGRAMA APOIADO PELA ECF

No geral, a implementação do programa tem sido boa. Todos os critérios contínuos e do final de Dezembro de 2012 foram observados e verificou-se um progresso significativo nas reformas estruturais.

9. **Todos os critérios de desempenho contínuos e do final de Dezembro de 2012 foram cumpridos** (MPEF, ¶6 e Tabela 1). As autoridades cumpriram, com pequena margem, o critério de desempenho do final de ano sobre o défice orçamental primário, contendo a despesa através da execução limitada de transferências e projectos de capital financiados com recursos internos, o que contrabalançou os direitos aduaneiros e impostos sobre o consumo e os lucros, que ficaram abaixo do projectado devido ao enfraquecimento da economia. As autoridades cumpriram, com grande margem, o critério de desempenho do final de ano sobre as reservas internacionais líquidas e, por conseguinte, no final de 2012 as reservas internacionais do Banco Central continuavam confortavelmente acima do piso do programa de três meses de importações. Simultaneamente, este aumento nas reservas internacionais líquidas conduziu a um aumento maior do que o previsto da base monetária e, por conseguinte, a meta indicativa relativa à base monetária foi excedida no final de Setembro e no final de Dezembro.¹ A meta indicativa da dívida interna do governo central não

¹ A previsão da base monetária em São Tomé e Príncipe tem sido dificultada pela magnitude dos fluxos de divisas em relação ao tamanho da economia e pelas limitadas opções de esterilização de que dispõe o Banco Central. No entanto, as fortes oscilações de crescimento da base monetária (Figura 3, gráfico central do lado esquerdo) parecem ter tido um impacto limitado na inflação desde a adopção da paridade cambial com o euro no início de 2010.

foi cumprida, mas a meta indicativa sobre as despesas para a redução da pobreza foi cumprida apesar das condições difíceis de financiamento.

10. **Verificou-se progresso satisfatório nas reformas estruturais** (MPEF, 117 e Tabela 2). Foram cumpridos quatro indicadores de referência estruturais do final de Dezembro de 2012 (dois deles com atraso) e um indicador foi parcialmente cumprido. As autoridades desenvolveram uma estratégia de reforma para modernizar a administração fiscal e definiram um quadro para a previsão de liquidez no sistema bancário. Cumpriram, com atraso, os indicadores de referência estrutural sobre a realização de inspeções *in situ* em dois bancos comerciais (a segunda inspeção foi concluída em Abril de 2013) e a apresentação à Assembleia Nacional de projectos de emendas para fortalecer a legislação anti-branqueamento de capitais (submetidos em Maio de 2013).² As autoridades cumpriram parcialmente o indicadores de referência estrutural sobre a reconciliação, certificação e elaboração de um plano para eliminar os atrasados cruzados entre a ENCO, a Empresa Nacional de Água e Energia (EMAE) e o Tesouro. Embora tenha havido um progresso significativo na eliminação de atrasados cruzados directamente relacionadas com o Tesouro,³ as negociações entre a EMAE e a ENCO quanto à elaboração de um plano para eliminar os atrasados da EMAE à ENCO foram mais difíceis do que o previsto e prevê-se estarem concluídas no final de Setembro de 2013 (novo indicador de referência estrutural).

POLÍTICAS MACROECONÓMICAS A CURTO PRAZO

As discussões centraram-se nas políticas macroeconómicas e reformas estruturais para 2013. Houve consenso quanto à necessidade de manter uma postura orçamental prudente, tendo em conta os riscos de sobreendividamento e a disponibilidade limitada de financiamento não gerador de dívida, e de fortalecer a gestão de liquidez monetária e a estabilidade financeira.

A. Reforço das Finanças Públicas

Quadro orçamental de 2013

11. **É de louvar o compromisso das autoridades para com a prudência orçamental.** A meta para o défice primário interno, de 3,1% do PIB (praticamente inalterado desde 2012), está em linha

² As emendas à legislação de combate ao branqueamento de capitais foram propostas com o apoio do Departamento Jurídico do FMI. No entanto, as autoridades submeteram a proposta de lei depois de receberem e analisarem o relatório da missão de avaliação mútua de Dezembro elaborado pelo Grupo Intergovernamental de Acção sobre o Branqueamento de Capitais em África (GIABA).

³ Os atrasados entre o Tesouro e a EMAE foram reduzidos de Db 72 mil milhões para Db 12 mil milhões (0,2% do PIB) em Fevereiro de 2013.

com o financiamento não gerador de dívida projectado e é consistente com o orçamento.⁴ Para alcançar esta meta – e criar espaço adicional para as despesas com infra-estruturas prioritárias e para a redução da pobreza – as autoridades estão empenhadas em otimizar a arrecadação de receitas através do fortalecimento das administrações fiscal e aduaneira e do alargamento da base tributável, para além da contenção das despesas não prioritárias. Neste contexto, o corpo técnico considerou positivo o facto de as autoridades terem limitado, no orçamento de 2013, o crescimento nominal da massa salarial em 7%, ao não conceder um aumento salarial geral aos funcionários públicos, autorizando apenas os aumentos salariais para a implementação dos novos planos de carreira nas áreas prioritárias da educação e da saúde. Além disso, a execução rigorosa de planos de acção nas administrações fiscal e aduaneira (elementos-chave que são objecto de indicadores de referência estruturais no âmbito do programa) auxiliará o esforço de mobilização da receita. O programa orçamental para 2013 é financiado na íntegra, incluindo: USD 1,9 milhões da Conta Nacional do Petróleo; USD 4,2 milhões sob a forma de um donativo de apoio orçamental do Banco Mundial; e USD 6 milhões em apoios de parceiros regionais, incluindo a Nigéria.⁵

Reformas estruturais para fortalecer as finanças públicas

12. **Em 2013, o programa de reformas estruturais das autoridades para fortalecer as finanças públicas centrar-se-á nas administrações fiscal e aduaneira e na gestão das finanças públicas** (MPEF, ¶19). Conforme acordado entre o corpo técnico e as autoridades, as principais acções específicas incluem:

- (i) Melhorar a gestão do contribuinte na administração fiscal, aumentando a segurança do Sistema Registo de Contribuintes, consolidando a segmentação dos contribuintes e criando um dossier único informatizado de contribuintes (indicador de referência estrutural, final de Dezembro de 2013).
- (ii) Concluir a implementação da segunda fase do SYDONIA WORLD, incluindo a activação de todas as suas funcionalidades e do estabelecimento de procedimentos totalmente informatizados (indicador de referência estrutural, final de Dezembro de 2013).

⁴ Conter o défice primário e assegurar, na medida do possível, o financiamento não gerador de dívida são elementos críticos da estratégia das autoridades para mitigar o elevado risco de sobreendividamento de São Tomé e Príncipe (EBS/12/92).

⁵ Além disso, parte da receita líquida da venda recentemente concluída da participação do governo na TV Cabo à Unitel, uma operadora de telecomunicações angolana, pode ser utilizada para financiar o orçamento, se necessário.

- (iii) Preparar a Conta Geral do Estado de 2012 e submetê-la à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas em seguida (indicador de referência estrutural, final de Junho de 2013).
- (iv) Conseguir uma solução duradoura para o problema dos atrasados cruzados, concluindo as negociações sobre um plano para a eliminação faseada dos atrasados da EMAE à ENCO e para evitar que este problema se repita (indicador de referência estrutural, final de Setembro de 2013).

B. Reforço da Gestão da Liquidez e Estabilidade Financeira

13. **Em 2013, o Banco Central continuará a modernizar as suas práticas de gestão de liquidez e a fortalecer a sua função de supervisão bancária** (MPEF, ¶10). Conforme acordado entre o corpo técnico e as autoridades, as principais acções específicas incluem:

- (i) Concluir a inspecção *in situ* do maior banco comercial do país no primeiro semestre, com inspecções *in situ* de mais dois bancos comerciais no segundo semestre (indicadores de referência estruturais para, respectivamente, final de Junho de 2013 e final de Dezembro de 2013).
- (ii) Monitorizar cuidadosamente a solidez financeira dos bancos comerciais e, conforme necessário, exigir aos accionistas que aumentem prontamente o capital bancário, dado o contexto de aumento dos empréstimos malparados e perspectivas desafiadoras a curto prazo para o sector (baixa rentabilidade, crédito estagnado).
- (iii) Aplicar de forma rigorosa as regulamentação bancária, incluindo a reserva obrigatória e a divulgação de dados à Central de Risco de Crédito; serão aplicadas coimas às instituições que não agirem em conformidade.
- (iv) Fortalecer a gestão da liquidez, expandindo o horizonte de previsão da liquidez e desenvolvendo uma abordagem sistemática de análise dos erros de previsão e de análise da evolução dos excedentes/insuficiências de liquidez agregada diária.

C. Reforço do Sistema Estatístico

14. **As autoridades concordaram com a necessidade de fortalecer as estatísticas económicas.** Para além da preparação das contas consolidadas do governo e do progresso rumo à introdução no Banco Central de relatórios e planos de contas coerentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), o Instituto Nacional de Estatística (INE) está a tomar medidas, com o apoio da AFRISTAT, para melhorar o Índice de Preços no Consumidor (IPC) do país, que está desactualizado. O inquérito aos agregados familiares concluído em 2011 servirá de base para a reponderação dos componentes e para a introdução de novos bens e serviços no cabaz do

IPC (a última actualização de ambos foi há vinte anos). O novo IPC deverá estar concluído até ao final de Dezembro de 2013 (indicador de referência estrutural), trazendo melhorias substanciais para a fiabilidade da aferição da inflação.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA E SALVAGUARDAS

15. **Monitorização do programa.** Para a segunda avaliação, o governo manterá inalterados os critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais previamente acordados. Estes e os novos critérios de desempenho, metas indicativas e indicadores de referência estruturais para o período de Julho a Dezembro de 2013 são apresentados nas Tabelas 3 e 4 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo. As definições dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas são fornecidas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). A segunda avaliação deverá ser concluída até Novembro de 2013 e a terceira, até Maio de 2014 (Tabela 10).

16. **Salvaguardas.** É de louvar o compromisso das autoridades em fortalecer a estrutura governativa do Banco Central e mitigar os riscos identificados pela recente missão de avaliação das salvaguardas do FMI.⁶ Alargar o papel desempenhado pelo Departamento de Auditoria Interna do Banco Central para acompanhar mais sistematicamente a implementação das recomendações dos auditores externos e monitorizar os principais riscos para o balanço do Banco Central serão marcos importantes nesse sentido.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

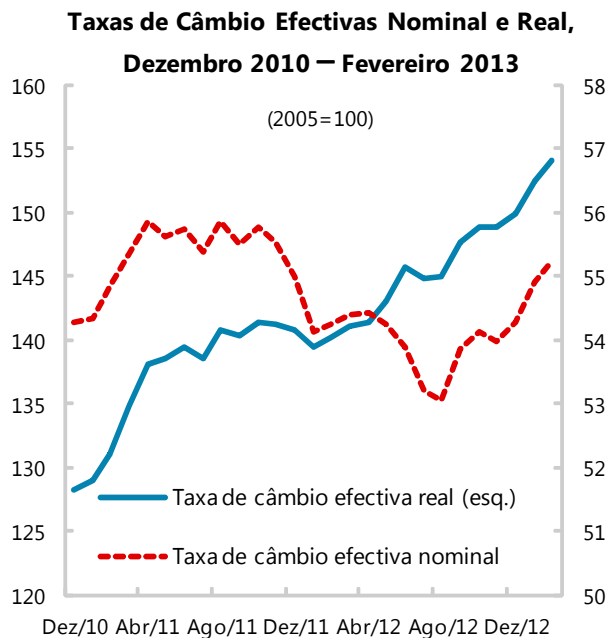
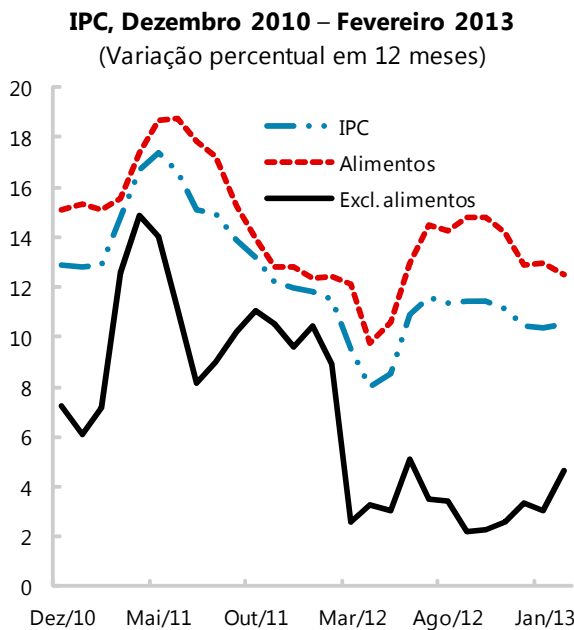
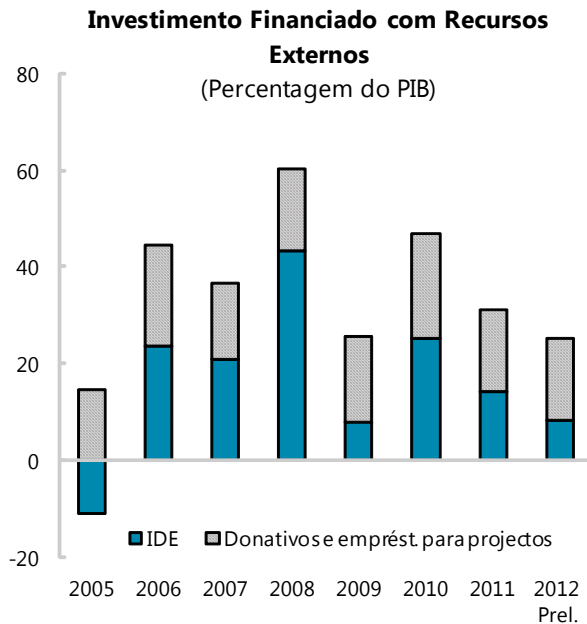
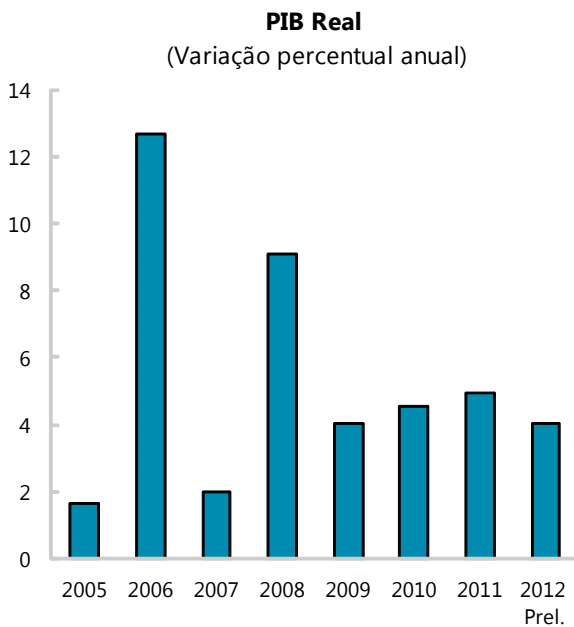
Apesar do ambiente complexo, a implementação do programa tem sido boa. As autoridades devem ser incentivadas a consolidar estas realizações.

17. **Manter a prudência orçamental e combater a questão dos atrasados cruzados são aspectos essenciais.** O corpo técnico incentiva as autoridades a manterem a prudência orçamental tão arduamente conquistada assegurando que a execução da despesa em 2013 esteja totalmente em linha com a consecução da meta do défice primário interno. Isto é necessário para fomentar o crescimento sustentável e apoiar os esforços de baixar a inflação para um dígito a médio prazo. As autoridades devem trabalhar em conjunto com a ENCO e a EMAE na procura de uma solução duradoura para a questão complexa dos atrasados cruzados.

⁶ Para mais pormenores sobre os principais resultados e recomendações da missão de avaliação das salvaguardas, consulte o Anexo Informativo.

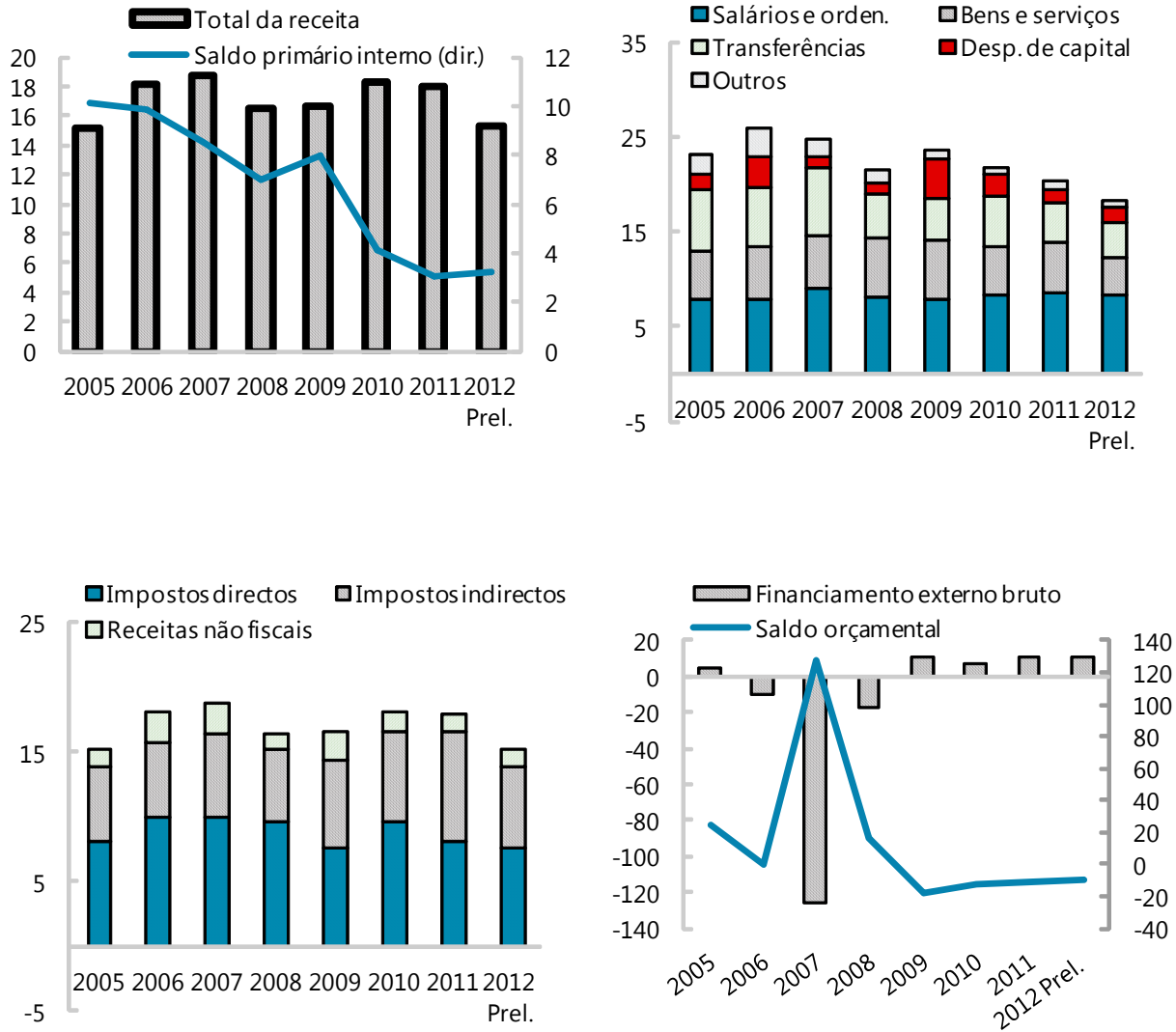
18. **As autoridades têm de continuar com as suas políticas prudentes de endividamento externo.** Dado o elevado risco de sobreendividamento do país, as autoridades devem continuar a procurar donativos e financiamentos em condições altamente concessionais na medida do possível. O corpo técnico reconhece a necessidade de gastos adicionais em áreas prioritárias e, por conseguinte, apoia os esforços em curso de mobilização de receitas, através do fortalecimento das administrações fiscal e aduaneira e alargamento da base tributável.
19. **Há espaço para melhorar o cumprimento tributário e combater a evasão fiscal.** Por exemplo, as autoridades devem tomar as medidas necessárias para reduzir os atrasos nos pagamentos dos impostos sobre os lucros. Além disso, será importante implementar o SYDONIA WORLD conforme planeado, tornando o desalfandegamento totalmente automatizado e, por conseguinte, reduzindo os riscos de subfacturação.
20. **O corpo técnico partilha as preocupações das autoridades quanto ao aumento do crédito malparado, a baixa rentabilidade no sistema bancário e o crescimento estagnado do crédito.** É encorajador que o Banco Central esteja a redobrar os esforços para monitorizar de forma rigorosa a solidez financeira do sector bancário, incluindo através da realização das inspecções *in situ* planeadas, e esteja pronto para exigir aos bancos que aumentem o seu capital, conforme necessário, para assegurar a estabilidade financeira.
21. **A aprovação célere do projecto de lei de combate ao branqueamento de capitais que foi submetido recentemente à Assembleia será sinal de um forte compromisso para com o fortalecimento do quadro de São Tomé e Príncipe nessa área.** Além disso, o corpo técnico incentiva as autoridades a apoiar ainda mais as operações da Unidade de Informação Financeira, disponibilizando o pessoal e o equipamento necessários e providenciando formação aos seus funcionários.
22. **À luz do bom desempenho até ao momento e do compromisso das autoridades para com a implementação de políticas sólidas, o corpo técnico apoia o pedido das autoridades para a conclusão da primeira avaliação do acordo trienal no âmbito da ECF e do segundo desembolso no montante de DSE 370.000.**

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Desenvolvimentos Macroeconómicos Recentes



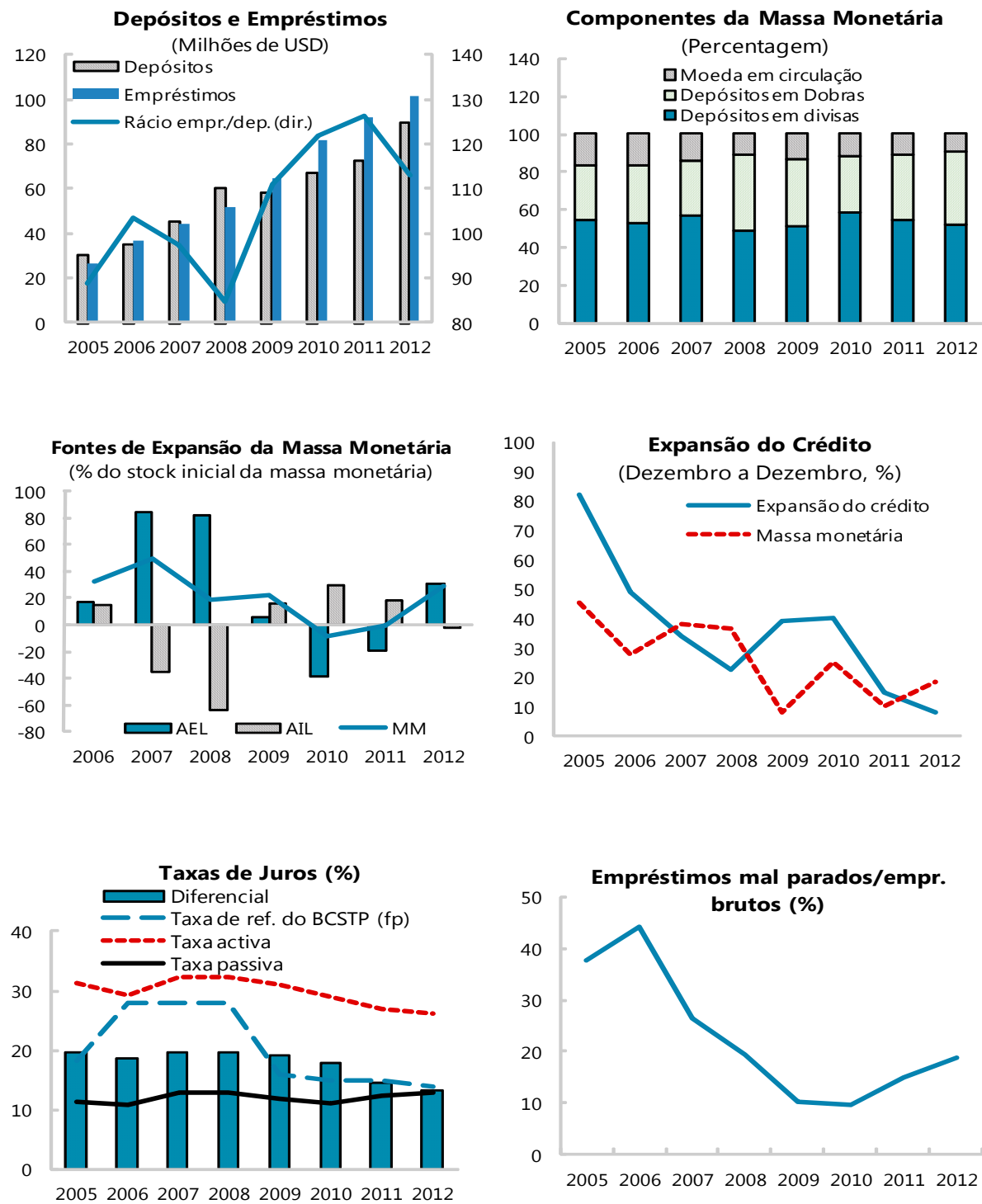
Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores Orçamentais, 2005–12
(Porcentagem do PIB)



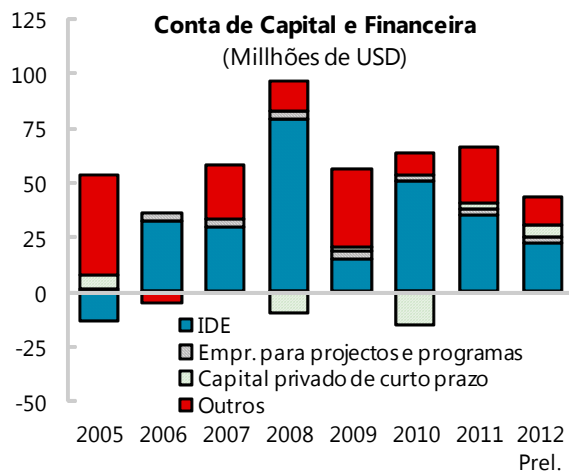
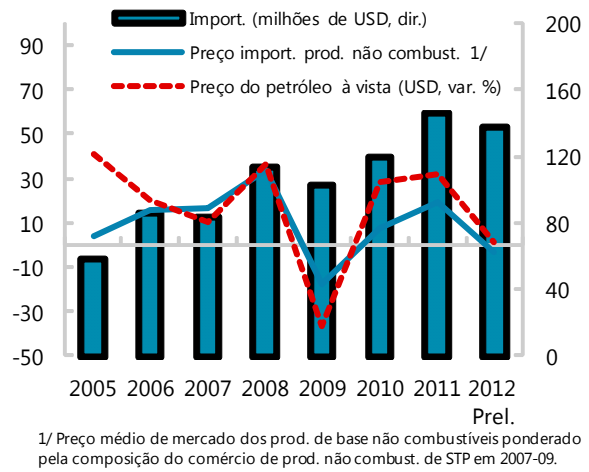
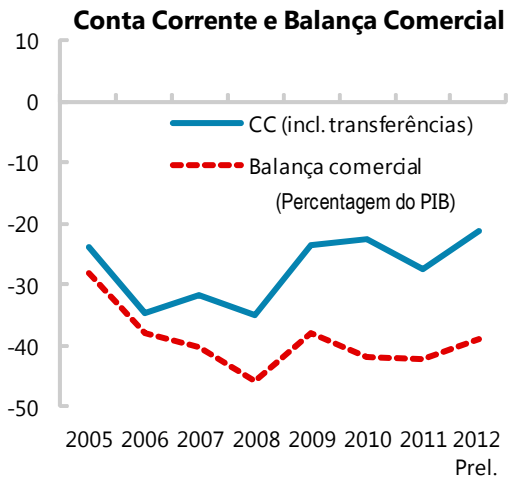
Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Evolução da Moeda e do Crédito, 2005–12



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Sector Externo, 2005–12



Fontes: Dados fornecidos pelas autoridades e estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Principais Indicadores Económicos, 2008–15
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.		Programa		
Rendimento nacional e preços								
PIB a preços constantes	9,1	4,0	4,5	4,9	4,0	4,5	5,5	36,8
PIB não petrolífero a preços constantes	9,1	4,0	4,5	4,9	4,0	4,5	5,5	6,0
Preços no consumidor								
Fim do período	24,8	16,1	12,9	11,9	10,4	8,0	6,0	4,0
Média do período	32,0	17,0	13,3	14,3	10,6	9,0	7,1	4,8
Comércio externo								
Exportações de bens e serviços não factoriais	29,6	12,0	28,7	16,2	0,7	10,6	15,3	356,1
Importações de bens e serviços não factoriais	36,0	-9,5	17,3	22,0	-5,9	10,5	3,7	58,0
Taxa de câmbio (Dobras por USD; fim do período) ¹	15.228	16.814	18.651	19.008	18.585
Taxa de câmbio efectiva real (depreciação = -)	13,2	12,0	-2,8	11,7	5,0
Moeda e crédito								
Base monetária	18,9	22,3	-7,9	-0,7	28,6	11,8	26,8	51,5
Massa monetária (M3)	36,8	8,2	25,1	10,4	18,4	14,7	25,9	50,5
Crédito à economia	22,8	39,1	40,0	14,7	7,9	9,4	10,4	32,7
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,6	2,8	2,6	2,8	2,7	2,7	2,5	2,3
Taxa de juro de referência do banco central (%)	28,0	16,0	15,0	15,0	14,0
Taxa de juro activa (%)	32,4	31,1	28,9	27,0	26,2
Taxa de juro passiva (%)	12,8	11,9	11,0	12,4	12,9
Finanças públicas								
Total da receita, donativos e bónus de assin. do petróleo ²	45,4	31,2	38,1	37,1	33,5	38,4	31,3	28,5
D/q: receitas fiscais	15,2	14,5	16,6	16,6	14,0	15,2	15,7	13,5
Receitas não fiscais	1,2	2,1	1,6	1,4	1,3	1,3	1,3	1,0
Donativos	28,9	14,6	19,9	18,3	17,4	20,6	14,3	6,7
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	1,3	0,0	0,0
Receitas do petróleo	7,3
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	31,2	49,6	49,1	49,0	44,2	45,7	39,9	28,7
D/q: custos com pessoal	8,1	7,9	8,3	8,4	8,3	7,8	7,8	6,2
Despesa corrente excl. juros e custos com pessoal	12,1	11,7	11,1	10,5	8,5	9,6	9,6	7,5
Despesas de capital custeadas pelo Tesouro	1,3	4,0	2,3	1,5	1,5	1,7	2,2	3,6
Despesas de capital custeadas por doadores	6,9	24,4	26,3	27,5	25,1	25,7	19,3	10,9
Saldo primário interno ³	-7,0	-8,0	-4,1	-3,0	-3,2	-3,1	-3,0	-3,0
Saldo global (base de compromissos)	14,2	-18,4	-11,0	-12,0	-10,7	-7,2	-8,6	-0,2
Sector externo								
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-35,0	-23,7	-22,6	-27,5	-21,4	-16,6	-18,5	-10,1
Excl. transferências oficiais	-52,5	-42,9	-46,1	-46,5	-40,3	-37,7	-33,3	-17,2
VA da dívida externa	10,5	18,1	33,7	33,6	35,6	32,5	30,9	22,2
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	10,9	8,3	6,4	8,0	8,2	12,7	12,4	3,1
Export. de bens e serviços não factoriais (milhões de USD)	17,5	19,6	25,3	29,3	29,6	32,7	37,7	171,9
Reservas internacionais brutas ^{5,6,7}								
Milhões de USD	47,0	49,0	39,3	39,7	43,8	37,3	37,1	38,8
Meses de import. de bens e serv. não factoriais ⁸	7,9	7,2	4,5	4,8	4,9	4,0	4,1	4,0
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	12,0	9,7	7,8	8,3	9,0	11,5	9,2	36,2
Por memória								
PIB								
Mil milhões de Dobras	2.696	3.185	3.719	4.376	5.034	5.780	6.569	9.289
Milhões de USD	183,5	196,5	201,0	248,3	264,0	312,2	353,6	496,5

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do BCSTP.

² Inclui o alívio da dívida no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI.

³ Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais. Inclui o alívio da dívida HIPC e MDRI.

⁵ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁶ Para 2008 e 2009, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁷ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁸ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2008–15
(Mil milhões de Dobras)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.		Projeções		
Total da receita e donativos	1225	995	1417	1622	1685	2222	2058	2651
Total da receita	444	529	677	787	771	954	1118	1349
Receitas fiscais	411	462	617	726	704	878	1030	1255
Receitas não fiscais	33	67	60	61	67	77	87	94
Donativos	780	466	739	799	876	1190	941	623
Donativos a projectos	165	387	686	674	730	964	702	410
Donativos não destinados a projectos	99	13	25	83	119	193	190	146
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	516	66	28	43	28	32	49	67
Bónus de assinatura do petróleo	0	0	0	35	38	78	0	0
Receita do petróleo	679
Total da despesa	841	1581	1824	2145	2225	2639	2620	2670
Despesa primária interna	633	783	829	920	934	1133	1318	1628
Despesas correntes	569	646	737	851	875	1030	1176	1297
<i>D/q</i> : custos com pessoal	219	252	309	369	419	449	510	573
Juros devidos	23	23	16	24	30	24	32	32
Bens e serviços	164	195	191	234	198	236	268	294
Transferências	124	144	192	181	190	287	327	358
Outras despesas correntes	39	32	28	43	39	34	39	41
Despesas de capital	219	902	1066	1266	1336	1581	1416	1345
<i>D/q</i> : financiadas pelo Tesouro	34	126	87	65	74	99	146	335
Financiadas por fontes externas	185	776	979	1201	1262	1483	1271	1010
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	53	33	21	29	14	28	28	28
Saldo primário	360	-609	-424	-547	-570	-441	-593	-50
Saldo orçamental global (base de compromissos)	383	-586	-408	-524	-540	-417	-562	-19
Varição líquida nos atrasados, <i>float</i> e discrepâncias estatísticas (redução = -)	52	35	-58	25	64	0	0	0
Atrasados externos	0	0	0	0	0	0	0	0
Atrasados internos	21	0	0	65	33	0	0	0
<i>Float</i> e discrepâncias estatísticas	31	35	-58	-40	31	0	0	0
Saldo orçamental global (base de caixa)	435	-552	-466	-499	-476	-418	-562	-19
Financiamento	-435	552	466	499	476	418	562	19
Externo líquido	-473	348	246	461	558	461	519	523
Desembolsos (projectos)	20	388	293	528	532	518	569	600
Financiamento programático (empréstimos)	30	0	1	1	75	0	0	0
Empréstimos de curto prazo líquidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização programada	-530	-75	-48	-68	-49	-57	-50	-76
Variação nos atrasados (capital)	0	0	0	0	0	0	0	0
Reescalamento bilateral	7	2	0	0	0	0	0	0
Economias de fluxos da HIPC	0	32	0	0	0	0	0	0
Interno líquido	38	203	220	38	-81	-43	43	-505
Crédito bancário líquido ao governo	-272	170	220	38	-81	-43	43	-505
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-301	149	201	51	-66	0	0	-1
<i>D/q</i> : Conta de privatização ¹	-309	196	13	0	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	29	21	18	-13	-15	-43	43	-504
Financiamento não bancário	310	33	0	0	0	0	0	0
Défice de financiamento	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:								
Saldo primário interno ²	-188	-254	-152	-133	-163	-178	-200	-280
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	1,8	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	21,0	5,7	0,0	0,0	0,0	8,0	8,0	8,0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	12,0	9,7	7,8	8,3	9,0	11,5	9,2	36,2

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pgtos. de juros programados e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2008–15
(Percentagem do PIB)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.	Projeções			
Total da receita e donativos	45,4	31,2	38,1	37,1	33,5	38,4	31,3	28,5
Total da receita	16,5	16,6	18,2	18,0	15,3	16,5	17,0	14,5
Receitas fiscais	15,2	14,5	16,6	16,6	14,0	15,2	15,7	13,5
Receitas não fiscais	1,2	2,1	1,6	1,4	1,3	1,3	1,3	1,0
Donativos	28,9	14,6	19,9	18,3	17,4	20,6	14,3	6,7
Donativos a projectos	6,1	12,2	18,5	15,4	14,5	16,7	10,7	4,4
Donativos não destinados a projectos	3,7	0,4	0,7	1,9	2,4	3,3	2,9	1,6
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	19,1	2,1	0,7	1,0	0,5	0,6	0,7	0,7
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	1,3	0,0	0,0
Receita do petróleo	7,3
Total da despesa	31,2	49,6	49,1	49,0	44,2	45,7	39,9	28,7
Despesa primária interna	23,5	24,6	22,3	21,0	18,6	19,6	20,1	17,5
Despesas correntes	21,1	20,3	19,8	19,4	17,4	17,8	17,9	14,0
<i>D/q</i> : custos com pessoal	8,1	7,9	8,3	8,4	8,3	7,8	7,8	6,2
Juros devidos	0,9	0,7	0,4	0,5	0,6	0,4	0,5	0,3
Bens e serviços	6,1	6,1	5,1	5,3	3,9	4,1	4,1	3,2
Transferências	4,6	4,5	5,2	4,1	3,8	5,0	5,0	3,9
Outras despesas correntes	1,4	1,0	0,8	1,0	0,8	0,6	0,6	0,4
Despesas de capital	8,1	28,3	28,7	28,9	26,5	27,4	21,6	14,5
<i>D/q</i> : financiadas pelo Tesouro	1,3	4,0	2,3	1,5	1,5	1,7	2,2	3,6
Financiadas por fontes externas	6,9	24,4	26,3	27,5	25,1	25,7	19,3	10,9
Gastos sociais relacionados à Iniciativa HIPC	2,0	1,0	0,6	0,7	0,3	0,5	0,4	0,3
Saldo primário	13,3	-19,1	-11,4	-12,5	-11,3	-7,6	-9,0	-0,5
Saldo orçamental global (base de compromissos)	14,2	-18,4	-11,0	-12,0	-10,7	-7,2	-8,6	-0,2
Varição líquida nos atrasados, float e discrepâncias estatísticas (redução)	1,9	1,1	-1,6	0,6	1,3	0,0	0,0	0,0
Atrasados externos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos	0,8	0,0	0,0	1,5	0,6	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	1,1	1,1	-1,6	-0,9	0,6	0,0	0,0	0,0
Saldo orçamental global (base de caixa)	16,1	-17,3	-12,5	-11,4	-9,5	-7,2	-8,6	-0,2
Financiamento	-16,1	17,3	12,5	11,4	9,5	7,2	8,6	0,2
Externo líquido	-17,6	10,9	6,6	10,5	11,1	8,0	7,9	5,6
Desembolsos (projectos)	0,7	12,2	7,9	12,1	10,6	9,0	8,7	6,5
Financiamento programático (empréstimos)	1,1	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0
Empréstimos de curto prazo líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização programada	-19,7	-2,3	-1,3	-1,6	-1,0	-1,0	-0,8	-0,8
Variação nos atrasados (capital)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reescalamento bilateral	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Economias de fluxos da HIPC	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Interno líquido	1,4	6,4	5,9	0,9	-1,6	-0,8	0,6	-5,4
Crédito bancário líquido ao governo	-10,1	5,3	5,9	0,9	-1,6	-0,8	0,6	-5,4
Crédito do sistema bancário (excl. Conta Nacional do Petróleo)	-11,2	4,7	5,4	1,2	-1,3	0,0	0,0	0,0
<i>D/q</i> : Conta de privatização ¹	-11,5	6,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta Nacional do Petróleo	1,1	0,6	0,5	-0,3	-0,3	-0,8	0,6	-5,4
Financiamento não bancário	11,5	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Memorandum items:								
Saldo primário interno ²	-7,0	-8,0	-4,1	-3,0	-3,2	-3,1	-3,0	-3,0
Alívio da dívida MDRI (fluxo em milhões de USD)	1,8	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo da conta de privatização (milhões de USD)	21,0	5,7	0,0	0,0	0,0	8,0	8,0	8,0
Saldo da CNP (milhões de USD, excl. transferências ao orçamento)	12,0	9,7	7,8	8,3	9,0	11,5	9,2	36,2
PIB nominal (Mil milhões de Dobras)	2.696	3.185	3.719	4.376	5.034	5.780	6.569	9.289

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na empresa de distribuição de combustíveis (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

² Exclui as receitas relacionadas ao petróleo, donativos, juros auferidos, pgts. de juros progr. e despesas de capital financiadas com recursos externos.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2008–15
(Mil milhões de Dobras)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo				Projeções			
Activos externos líquidos	1.199	1.228	998	891	1.062	975	969	1.574
Crédito a não residentes	1.306	1.668	1.311	1.385	1.385	1.318	1.314	1.923
Reservas internacionais oficiais ¹	1.111	1.284	1.052	1.148	1.136	1.066	1.058	1.665
Outros activos externos	195	385	259	237	249	252	256	258
Passivos com não residentes	-107	-440	-313	-494	-324	-343	-345	-349
Passivos de curto prazo com não residentes	-93	-91	-110	-287	-121	-141	-142	-145
Outros passivos externos ¹	-15	-348	-203	-207	-203	-202	-203	-205
Activos internos líquidos	-703	-622	-439	-337	-349	-178	41	-44
Crédito interno líquido	-393	-211	14	70	56	14	58	-447
Crédito a outras sociedades de depósitos	1	1	9	1	41	41	41	41
Crédito líquido ao governo central	-406	-232	-23	35	-30	-74	-33	-541
Crédito ao governo central	126	157	258	262	233	233	234	236
<i>D/q: uso de DSE/PRGF</i> ²	82	113	211	215	186	186	187	188
Passivos com o governo central	-532	-389	-281	-228	-263	-307	-267	-776
Depósitos do governo central	-89	-42	-33	-25	-4	-4	-4	-5
Recursos de contrapartida	-22	-30	-43	-30	-65	-65	-65	-65
Depósitos em divisas	-420	-318	-205	-173	-194	-238	-198	-707
<i>D/q: Conta Nacional do Petróleo</i>	-183	-163	-145	-157	-168	-212	-172	-680
Crédito a outros sectores	13	20	28	35	45	47	50	53
Outras rubricas (líquido)	-311	-411	-454	-407	-405	-192	-17	403
Base monetária	496	606	558	554	712	797	1.010	1.530
Emissão monetária	141	167	191	204	217	226	295	458
Reservas bancárias	355	439	367	350	495	571	715	1.072
<i>D/q: moeda nacional</i>	143	144	297	268	399	462	578	864
<i>D/q: moeda estrangeira</i>	212	295	71	82	97	108	137	208
Por memória:								
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ³	47,0	49,0	39,3	39,7	43,8	37,3	37,1	38,8
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁴	7,9	7,2	4,5	4,8	4,9	4,0	4,1	4,0
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ⁵	40,9	43,5	33,3	24,6	37,3	29,6	29,5	31,1
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁴	6,9	6,4	3,8	3,0	4,1	3,2	3,3	3,2
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	12,0	9,7	7,8	8,3	9,0	11,5	9,2	36,2
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	13,9	17,5	3,8	4,3	5,2	5,9	7,4	11,1
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Base monetária (variação percentual anual)	18,9	22,3	-7,9	-0,7	28,6	11,8	26,8	51,5

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

² A cifra de Dezembro de 2012 reflecte uma pequena correcção no registo dos empréstimos do FMI.

³ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁴ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁵ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2008–15
(Mil milhões de Dobras)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo				Projeções			
Activos externos líquidos	1.418	1.279	1.364	1.263	1.487	1.409	1.424	2.050
Activos externos líquidos do BCSTP	1.199	1.228	998	891	1.062	975	969	1.574
Activos externos líquidos das outras soc. de depósitos	219	50	367	372	426	434	455	476
Activos internos líquidos	-373	-148	50	299	362	712	1.247	1.969
Crédito interno líquido	334	810	1.466	1.728	1.765	1.893	2.146	2.380
Crédito líquido ao governo central	-450	-280	-60	-22	-123	-172	-136	-648
Crédito ao governo central ¹	127	158	261	267	236	236	237	238
Passivos com o governo central	-577	-438	-321	-290	-359	-408	-372	-886
Depósitos orçamentais	-89	-42	-33	-25	-4	-4	-4	-5
Recursos de contrapartida	-22	-30	-43	-30	-65	-65	-65	-65
Depósitos em divisas	-465	-366	-245	-235	-290	-338	-303	-816
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-183	-163	-145	-157	-168	-212	-172	-680
Crédito a outros sectores	784	1.090	1.526	1.750	1.889	2.065	2.281	3.028
D/q: crédito em moeda estrangeira	572	739	1.099	1.114	1.143	1.150	1.227	1.577
(Em milhões de USD)	38	44	59	59	62	62	66	84
Outras rubricas (líquido)	-707	-958	-1.415	-1.429	-1.404	-1.181	-899	-411
Massa monetária (M3)	1.045	1.130	1.415	1.562	1.849	2.121	2.671	4.018
Passivos em moeda nacional incluídos em M2	534	553	585	719	897	978	1.238	1.871
Moeda (M1)	429	437	562	670	718	836	1.059	1.603
Em circulação	120	149	163	177	176	192	252	394
Depósitos transferíveis em Dobras	309	288	399	493	542	644	807	1.210
Outros depósitos em Dobras	105	116	23	48	180	143	179	268
Depósitos em divisas	511	578	829	843	952	1.143	1.433	2.147
Por memória:								
Velocidade (rácio PIB/M3; fim do período)	2,6	2,8	2,6	2,8	2,7	2,7	2,5	2,3
Multiplicador monetário (M3/M0)	2,1	1,9	2,5	2,8	2,6	2,7	2,6	2,6
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	18,9	22,3	-7,9	-0,7	28,6	11,8	26,8	51,5
Crédito a outros sectores residentes (taxa de cresc. em 12 meses)	22,8	39,1	40,0	14,7	7,9	9,4	10,4	32,7
M3 (taxa de crescimento em 12 meses) ¹	36,8	8,2	25,1	10,4	18,4	14,7	25,9	50,5

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ A cifra de Dezembro de 2012 reflecte uma pequena correcção no registo dos empréstimos do FMI.

² Os dados monetários revisados dos bancos comerciais a partir de Janeiro de 2010 não são comparáveis às séries históricas.

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2008–12
(Porcentagem)

	2008	2009	2010	2011	2012	2012	2012	2012
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Março	Junho	Setembro	Dezembro
Adequação dos fundos próprios								
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco								
Percentagem de bancos com capital igual ou superior a 10%	71,40	85,70	85,70	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Percent. de bancos com capital inferior a 10% e superior ao mínimo de 6%	28,60	14,30	14,30
Percentagem de bancos com capital inferior ao mínimo de 6%	24,70	23,20	27,90	28,00	24,99	22,56	25,80	24,39
Capital (património líquido)/ativos								
Depósitos nos bancos com capital inferior a 6%		
Qualidade dos ativos								
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	74,20	73,00	77,50	67,08	64,16	62,70	60,16	57,91
Empréstimos mal parados	19,30	10,20	9,73	14,83	20,92	19,72	20,11	18,88
Provisões como percentagem dos empr. vencidos	10,90	24,00	42,20	46,05	37,04	38,11	37,82	39,43
Lucros e rentabilidade								
Lucros líquidos antes dos impostos/rendimento líquido	-13,10	-1,20						
Rendibilidade dos activos	-1,00	0,10	0,70	0,07	-0,05	0,26	-0,24	-0,04
Rendibilidade do capital	-3,70		1,80	0,23	-0,20	1,16	-1,01	-0,16
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	109,30	98,20	98,20	97,48	98,99	97,82	98,66	97,84
Liquidez								
Activos líquidos/total do activo	19,70	18,40	21,90	21,43	27,96	34,73	37,14	36,25
Activos líquidos/passivo de curto prazo			36,10	36,18	44,15	52,51	56,71	55,89
Empréstimos/total do passivo			109,73	103,04	117,62	135,38	136,71	135,82
Passivos em moeda estrangeira/total do activo	71,00	73,10	57,40	59,22	60,62	61,76	60,80	58,46
Empréstimos/depósitos			104,20	114,15	109,24	100,45	104,87	102,11
Sensibilidade ao risco de mercado								
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	215,70	274,00	203,80	112,29	118,96	144,04	149,53	141,06

Fonte: Autoridades são-tomenses.

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2008–15
(Milhões de USD)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo		Est.		Projectções			
Balança comercial	-84,3	-74,6	-84,3	-104,7	-102,9	-110,9	-116,7	-64,8
Exportações, FOB	7,8	9,2	11,9	10,9	12,2	11,8	12,3	125,3
<i>D/q:</i> petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	111,9
Cacau	5,0	5,4	5,4	5,3	5,3	5,1	5,4	5,4
Reexportação	2,2	3,0	5,2	5,1	5,8	5,6	5,6	5,7
Importações, FOB	-92,2	-83,8	-96,2	-115,7	-115,1	-122,7	-129,0	-190,1
<i>D/q:</i> alimentos	-24,2	-29,0	-25,5	-33,6	-33,7	-34,4	-34,1	-35,5
Produtos petrolíferos	-22,1	-14,7	-18,4	-25,2	-25,9	-25,9	-26,7	-27,6
Bens de investimento	-35,3	-30,0	-36,0	-40,2	-35,2	-39,2	-42,9	-37,9
Bens de investimento rel. ao sector petrolífero	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-67,9
Serviços e rendimentos (líquido)	-11,8	-8,9	-11,3	-13,4	-8,3	-11,7	-6,1	-25,5
Exportações de serviços não factoriais	9,7	10,4	13,4	18,4	17,4	20,9	25,4	46,6
<i>D/q:</i> viagens e turismo	7,7	8,3	11,1	15,6	14,7	18,1	22,2	29,7
Importações de serviços não factoriais	-21,4	-19,0	-24,3	-31,4	-23,4	-30,2	-29,6	-60,6
Serviços factoriais (líquido)	-0,1	-0,3	-0,4	-0,4	-2,3	-2,3	-1,9	-11,6
<i>D/q:</i> relacionados ao petróleo	-0,4	-0,5	-0,1	-0,3	0,0	0,0	-0,1	9,7
Transferências privadas (líquido)	-0,2	-0,9	3,0	2,8	4,9	5,0	5,1	5,2
Transferências oficiais (líquido)	32,2	37,8	47,3	47,0	49,9	65,9	52,3	35,0
<i>D/q:</i> donativos para projectos	29,5	32,4	41,3	39,9	41,3	53,8	40,4	25,5
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	4,2	6,3	1,2	3,0	2,3	1,7	2,6	3,6
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-64,1	-46,5	-45,4	-68,3	-56,4	-51,7	-65,4	-50,2
Excl. transferências oficiais	-96,4	-84,4	-92,6	-115,3	-106,3	-117,6	-117,7	-85,2
Conta de capital e financeira	118,5	66,2	59,3	76,5	66,7	47,8	64,4	82,4
Transferências de capital ¹	26,3	7,5	0,3	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	92,2	58,7	59,0	69,9	66,7	47,8	64,4	82,4
Investimento directo estrangeiro	79,0	15,3	50,5	34,9	22,2	19,8	22,4	31,4
<i>D/q:</i> Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	4,2	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	102,9
Recuperação das desp. de capital relac. ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-102,9
Investimento de carteira (líquido)	0,0	-1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos (líquido)	13,1	44,9	8,4	35,0	44,5	28,0	41,9	51,0
Activos	32,1	10,0	11,2	9,8	23,3	23,7	24,0	24,4
Sector público (líquido)	-9,0	32,8	12,8	22,6	16,0	3,0	7,2	-0,6
Empréstimos para projectos	2,1	28,0	17,8	27,7	20,1	8,4	7,5	1,0
Empréstimos para programas	2,7	0,8	4,2	0,9	1,4	0,0	4,5	4,5
Amortização	-13,7	-4,6	-5,7	-6,3	-4,9	-4,8	-4,7	-6,1
Outros investimentos	-0,1	8,5	-3,6	0,2	-0,6	-0,5	-0,2	-0,1
<i>D/q:</i> transferências para a ZDC	-0,1	-0,2	-0,1	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4
Sector privado (líquido)	-10,0	2,1	-15,5	2,6	5,1	1,3	10,7	27,2
Bancos comerciais	-2,3	11,4	-16,7	0,1	3,4	0,5	0,9	0,9
Capital privado de curto prazo	-7,7	-9,3	1,1	2,5	1,8	0,7	9,8	26,3
Erros e omissões	-33,0	0,3	-26,9	-3,1	-11,5	0,0	0,0	0,0
Saldo global	21,4	20,0	-13,0	5,0	-1,2	-3,9	-1,0	32,2
Financiamento	-21,4	-19,9	13,0	-5,0	1,2	3,9	1,0	-32,2
Varição nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-24,8	-12,6	10,5	-4,5	1,4	5,8	-1,4	-5,2
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,7	0,5	0,6	0,0	0,6	0,5	0,2	0,1
Compras	0,7	0,5	0,6	0,0	0,6	1,1	1,1	1,1
Recompras (incl. reembolso MDRI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-1,0	-1,1
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	2,7	2,4	1,9	-0,5	-0,8	-2,4	2,2	-27,0
Financiamento excepcional ²	0,0	-10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)								
Antes das transferências oficiais	-52,5	-42,9	-46,1	-46,5	-40,3	-37,7	-33,3	-17,2
Após as transferências oficiais	-35,0	-23,7	-22,6	-27,5	-21,4	-16,6	-18,5	-10,1
Rácio do serviço da dívida (percentagem das exportações) ³	10,9	8,3	6,4	8,0	8,2	12,7	12,4	3,1
Reservas internacionais brutas ^{4,5}								
Milhões de USD	47,0	49,0	39,3	39,7	43,8	37,3	37,1	38,8
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁶	7,9	7,2	4,5	4,8	4,9	4,0	4,1	4,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projectções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui MDRI debt relief.

² Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁵ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁶ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2008–15
(Porcentagem do PIB)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Effectivo			Est.		Projeções		
Balança comercial	-46,0	-37,9	-41,9	-42,2	-39,0	-35,5	-33,0	-13,1
Exportações, FOB	4,3	4,7	5,9	4,4	4,6	3,8	3,5	25,2
<i>D/q:</i> petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5
Cacau	2,7	2,8	2,7	2,1	2,0	1,6	1,5	1,1
Reexportação	1,2	1,5	2,6	2,0	2,2	1,8	1,6	1,1
Importações, FOB	-50,2	-42,6	-47,8	-46,6	-43,6	-39,3	-36,5	-38,3
<i>D/q:</i> alimentos	-13,2	-14,8	-12,7	-13,5	-12,8	-11,0	-9,6	-7,1
Produtos petrolíferos	-12,1	-7,5	-9,1	-10,2	-9,8	-8,3	-7,6	-5,6
Bens de investimento	-19,2	-15,2	-17,9	-16,2	-13,3	-12,6	-12,1	-7,6
Bens de investimento rel. ao sector petrolífero	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-13,7
Serviços e rendimentos (líquido)	-6,4	-4,5	-5,6	-5,4	-3,1	-3,7	-1,7	-5,1
Exportações de serviços não factoriais	5,3	5,3	6,7	7,4	6,6	6,7	7,2	9,4
<i>D/q:</i> viagens e turismo	4,2	4,2	5,5	6,3	5,6	5,8	6,3	6,0
Importações de serviços não factoriais	-11,7	-9,7	-12,1	-12,6	-8,9	-9,7	-8,4	-12,2
Serviços factoriais (líquido)	0,0	-0,1	-0,2	-0,2	-0,9	-0,7	-0,5	-2,3
<i>D/q:</i> relacionados ao petróleo	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	2,0
Transferências privadas (líquido)	-0,1	-0,5	1,5	1,1	1,9	1,6	1,4	1,0
Transferências oficiais (líquido)	17,6	19,2	23,5	18,9	18,9	21,1	14,8	7,0
<i>D/q:</i> donativos para projectos	16,1	16,5	20,6	16,1	15,6	17,2	11,4	5,1
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	2,3	3,2	0,6	1,2	0,9	0,6	0,7	0,7
Saldo da conta corrente								
Incl. transferências oficiais	-35,0	-23,7	-22,6	-27,5	-21,4	-16,6	-18,5	-10,1
Excl. transferências oficiais	-52,5	-42,9	-46,1	-46,5	-40,3	-37,7	-33,3	-17,2
Conta de capital e financeira	64,6	33,7	29,5	30,8	25,2	15,3	18,2	16,6
Transferências de capital ¹	14,3	3,8	0,1	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	50,2	29,9	29,3	28,2	25,3	15,3	18,2	16,6
Investimento directo estrangeiro	43,1	7,8	25,1	14,1	8,4	6,3	6,3	6,3
<i>D/q:</i> Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	0,8	0,8	1,3	0,0	0,0
Investimento relacionado ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,7
Recuperação das desp. de capital relac. ao petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-20,7
Investimento de carteira (líquido)	0,0	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos (líquido)	7,2	22,8	4,2	14,1	16,8	9,0	11,9	10,3
Activos	17,5	5,1	5,6	3,9	8,8	7,6	6,8	4,9
Sector público (líquido)	-4,9	16,7	6,4	9,1	6,1	1,0	2,0	-0,1
Empréstimos para projectos	1,1	14,2	8,9	11,2	7,6	2,7	2,1	0,2
Empréstimos para programas	1,4	0,4	2,1	0,4	0,5	0,0	1,3	0,9
Amortização	-7,4	-2,3	-2,8	-2,5	-1,9	-1,6	-1,3	-1,2
Outros investimentos	0,0	4,3	-1,8	0,1	-0,2	-0,2	0,0	0,0
<i>D/q:</i> transferências para a ZDC	-0,1	-0,1	0,0	-0,1	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1
Sector privado (líquido)	-5,5	1,1	-7,7	1,1	1,9	0,4	3,0	5,5
Bancos comerciais	-1,3	5,8	-8,3	0,0	1,3	0,2	0,3	0,2
Capital privado de curto prazo	-4,2	-4,7	0,6	1,0	0,7	0,2	2,8	5,3
Erros e omissões	-18,0	0,1	-13,4	-1,2	-4,4	0,0	0,0	0,0
Saldo global	11,7	10,2	-6,5	2,0	-0,5	-1,3	-0,3	6,5
Financiamento	-11,7	-10,1	6,5	-2,0	0,5	1,3	0,3	-6,5
Variação nas reservas oficiais, excl. CNP (aumento = -)	-13,5	-6,4	5,2	-1,8	0,5	1,9	-0,4	-1,1
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,4	0,3	0,3	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0
Compras	0,4	0,3	0,3	0,0	0,2	0,4	0,3	0,2
Recompras (incl. reembolso MDRI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2	-0,3	-0,2
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	1,5	1,2	0,9	-0,2	-0,3	-0,8	0,6	-5,4
Financiamento excepcional ²	0,0	-5,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défi ce de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Rácio do serviço da dívida (porcentagem das exportações) ³	10,9	8,3	6,4	8,0	8,2	12,7	12,4	3,1
Reservas internacionais brutas ^{4,5}								
Milhões de USD	47,0	49,0	39,3	39,7	43,8	37,3	37,1	38,8
Meses de importações de bens e serviços não factoriais ⁶	7,9	7,2	4,5	4,8	4,9	4,0	4,1	4,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida MDRI.

² Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

³ Em percentagem das exportações de bens e serviços não factoriais.

⁴ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP que se destinam a cumprir as exigências de RMC e os depósitos em divisas dos bancos comerciais que se destinam a cumprir as exigências de capital ou de depósito para a apresentação de pedidos de licenciamento.

⁵ Para 2008, inclui os proventos da privatização da participação do Estado na Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), no montante de USD 32 milhões. Deste total, USD 10 milhões foram utilizados para amortizar parte da dívida da ENCO com a Sonangol, USD 0,96 milhões foram usados na auditoria da operação e USD 21,4 milhões foram colocados no banco central para reforçar as reservas.

⁶ Importações de bens e serviços não factoriais excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2008–15
(Milhões de US)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Efectivo			Est.	Projeções			
Necessidades brutas de financiamento	-134,9	-93,0	-91,4	-126,0	-110,4	-117,7	-124,8	-97,7
Conta corrente, excl. transferências oficiais	-96,4	-84,4	-92,6	-115,3	-106,3	-117,6	-117,7	-85,2
Exportações, FOB	7,8	9,2	11,9	10,9	12,2	11,8	12,3	125,3
Importações, FOB	-92,2	-83,8	-96,2	-115,7	-115,1	-122,7	-129,0	-190,1
Serviços e rendimentos (líquido)	-11,8	-8,9	-11,3	-13,4	-8,3	-11,7	-6,1	-25,5
Transferências privadas	-0,2	-0,9	3,0	2,8	4,9	5,0	5,1	5,2
Conta financeira	-13,7	3,9	-9,2	-6,1	-5,5	-6,0	-5,8	-7,2
Amortização programada ¹	-13,7	-4,6	-5,7	-6,3	-4,9	-4,8	-4,7	-6,1
Reembolsos ao FMI ²	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,6	-1,0	-1,1
Outros fluxos do sector público (líquido)	-0,1	8,5	-3,6	0,2	-0,6	-0,5	-0,2	-0,1
Varição nas reservas externas (- = aumento) ³	-24,8	-12,6	10,5	-4,5	1,4	5,8	-1,4	-5,2
Financiamento disponível	134,9	93,1	91,4	126,0	110,4	117,7	124,8	97,7
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	2,7	2,4	1,9	1,5	1,2	1,8	2,2	-27,0
Bónus de assinatura do petróleo	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	4,2	0,0	0,0
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petrol.)	2,7	2,4	1,9	-0,5	-0,8	-2,4	2,2	-27,0
Desembolsos previstos	63,3	74,1	69,6	82,2	71,4	74,3	64,3	40,5
Assistência intercalar multilateral HIPC	4,2	6,3	1,2	3,0	2,3	1,7	2,6	3,6
Transferências de capital ^{1,2}	26,3	7,5	0,3	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos ⁴	28,1	31,5	46,1	44,0	47,6	64,2	49,7	31,4
Empréstimos concessionais	4,7	28,8	22,0	28,7	21,5	8,4	12,0	5,6
Empréstimos para projectos	2,1	28,0	17,8	27,7	20,1	8,4	7,5	1,0
Empréstimos para programas	2,7	0,8	4,2	0,9	1,4	0,0	4,5	4,5
Sector privado (líquido)	68,2	26,3	19,3	42,3	37,2	40,5	57,1	83,0
FMI ³	0,7	0,5	0,6	0,0	0,6	1,1	1,1	1,1
Défice de financiamento	0,0	-10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento excepcional ³	0,0	-10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui o alívio da dívida MDRI.

² Inclui o alívio da dívida do FMI ao abrigo da MDRI como uma redução do stock da dívida.

³ Para 2009, inclui uma nova afectação de DSE 6,5 milhões.

⁴ Inclui a receita do programa petrolífero com a Nigéria.

**Tabela 10. São Tomé e Príncipe: Cronograma de Desembolsos
ao Abrigo do Acordo ECF, 2012–15**

Data	Condições para o desembolso	Montante em DSE	% da quota
20/7/12	Aprovação do acordo pelo Conselho.	370.000	5
15/4/13	Observância dos CD para o fim de Dezembro de 2012 e conclusão da primeira avaliação.	370.000	5
15/10/13	Observância dos CD para o fim de Junho de 2013 e conclusão da segunda avaliação.	370.000	5
15/4/14	Observância dos CD para o fim de Dezembro de 2013 e conclusão da terceira avaliação.	370.000	5
15/10/14	Observância dos CD para o fim de Junho de 2014 e conclusão da quarta avaliação.	370.000	5
15/4/15	Observância dos CD para o fim de Dezembro de 2014 e conclusão da quinta avaliação.	370.000	5
15/6/15	Observância dos CD para o fim de Março de 2015 e conclusão da sexta avaliação.	370.000	5
	Total	2.590.000	35

Fonte: FMI

Apêndice. Carta de Intenções

São Tomé, 29 de Maio de 2013

Exma. Senhora Directora-Geral
Mme. Christine Lagarde
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
Senhora Directora-Geral,

No dia 20 de Julho de 2012, o Conselho Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um novo programa de três anos, ao abrigo do Instrumento de Crédito Prolongado (ECF na sigla em inglês), em favor da República Democrática de São Tomé e Príncipe. O programa tem por objectivo apoiar os esforços de médio prazo do Governo para reforçar a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento sustentável e inclusivo, e reduzir a pobreza. Recentemente, o Governo discutiu a primeira avaliação do programa com a missão do corpo técnico do FMI. A missão concentrou-se na implementação do programa até o final de Dezembro de 2012, bem como nas perspectivas e nas medidas orçamentais e financeiras a serem implementadas em 2013.

Pese embora o ambiente internacional adverso, especialmente na Europa, a implementação do programa até ao final de Dezembro de 2012 foi satisfatória. Todos os critérios de desempenho foram observados, e registaram-se progressos consideráveis nas reformas estruturais. As negociações entre o Governo, a Empresa de Água e Electricidade (EMAE) e a Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO) no sentido de eliminar os atrasados da EMAE à ENCO e para evitar a ocorrência do problema no futuro mostraram-se mais complexas do que o previsto, e prevê-se que sejam finalizadas apenas até ao final de Setembro de 2013.

O Governo está empenhado em consolidar essas conquistas em 2013. Nesta matéria, a política orçamental irá apoiar a estabilidade macroeconómica e os actuais esforços para reduzir a inflação através da harmonização do défice primário interno com financiamento não gerador de dívida. Dado o papel essencial que desempenham a gestão da liquidez e da supervisão bancária na estabilidade financeira, o governo pretende garantir que o Banco Central se mantenha independente para levar a cabo as suas funções altamente técnicas.

O Governo acredita que as políticas delineadas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo são as adequadas para atingir os objectivos do programa, mas, se necessário, tomará medidas adicionais para salvaguardar esses objectivos. São Tomé e Príncipe manterá consultas com o FMI sobre a adopção dessas medidas e antes de quaisquer alterações às políticas contidas no MPEF, em conformidade com as políticas do Fundo sobre esse processo de consulta. Além disso, prestaremos ao FMI, em tempo útil, os dados necessários para a monitorização do programa. As informações e os pormenores relativos à monitorização da implementação do programa, e as definições de metas indicativas e de critérios de desempenho

estão elencadas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) também anexo a esta carta. Durante a vigência do programa, o Governo compromete-se a não introduzir ou intensificar quaisquer restrições à taxa de câmbio ou à prática multimoeda que colidam com o Artigo VIII dos Estatutos do FMI, e a não introduzir nem intensificar quaisquer restrições às importações para fins de balança de pagamentos.

Em face do manifesto progresso na implementação do programa ao abrigo do ECF, o Governo vem solicitar a conclusão da primeira avaliação do mesmo e o desembolso de DES 0,37 milhões ao abrigo do programa.

O Governo deseja divulgar publicamente a presente carta, juntamente com o MPEF e o MTE, bem como o relatório do corpo técnico do FMI sobre a primeira avaliação do programa. Por esta razão autorizamos a publicação e introdução da presente no sítio Internet do FMI, com prévia autorização do Conselho de Administração.

Atentamente,

/s/

Dr. Hélio Almeida
Ministro do Plano e Finanças

/s/

Dra. Maria do Carmo Silveira
Governadora do Banco Central de
São Tomé e Príncipe

Anexos: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
 Memorando Técnico de Entendimento

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2013

I. INTRODUÇÃO

- Um Governo de coligação foi empossado em finais de 2012.** O anterior Governo minoritário da ADI, que tomou posse em Agosto de 2010, sofreu uma moção de censura da Assembleia Nacional em 26 de Novembro de 2012, e foi formalmente demitido pelo Presidente Pinto da Costa a 4 de Dezembro de 2012. Sob a liderança do Primeiro-Ministro Gabriel Costa foi formado um novo Governo, que integra os outros três partidos políticos com representação na Assembleia Nacional, e empossado pelo Presidente a 12 de Dezembro de 2012.
- O novo Governo está empenhado em prosseguir as reformas estruturais e em manter a prudência orçamental e a estabilidade financeira, em linha com as políticas delineadas no programa ao abrigo do Instrumento de Crédito Prolongado (ECF na sigla em inglês) aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em Julho de 2012.** As políticas do Governo têm por objectivo lançar as bases para o desenvolvimento económico, focando-se na criação de emprego e no alívio da pobreza através de um crescimento sustentado e inclusivo. Neste sentido, a política orçamental irá apoiar a estabilidade macroeconómica e os actuais esforços para reduzir a inflação através de medidas que garantam que o défice primário interno permaneça alinhado com o financiamento disponível não gerador de dívida. Dado o papel essencial que desempenham a gestão da liquidez e da supervisão bancária na estabilidade macroeconómica e financeira, o Governo pretende garantir que o Banco Central se mantém independente para levar a cabo as suas funções altamente técnicas.

II. EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE E PERSPECTIVAS DE CURTO PRAZO

- A economia mantém-se vulnerável a choques.** A desaceleração do crescimento para 4 por cento em 2012 - ligeiramente abaixo do 4,5 por cento programado - reflecte a persistente incerteza global, particularmente na Europa, que contribuiu para o abrandamento tanto do investimento directo estrangeiro, como da execução do programa de investimentos públicos financiado com recursos externos. Após um declínio inicial para 8 por cento em Abril de 2012, o nível mais baixo em dez anos, a inflação aumentou nos meses subsequentes devido às fortes chuvas extemporâneas, que perturbaram o fornecimento de produtos perecíveis, atingindo o 10,4 por cento em finais de 2012 - acima do 8,3 por cento programado. O crescimento do crédito quase estagnou em 2012 com o nível recorde de endividamento das famílias e, face ao crédito malparado, o aumento das provisões dos bancos. O défice da conta corrente externa melhorou ligeiramente em 2012, na medida em que o enfraquecimento da actividade económica levou a uma queda nas importações, o que mais do que contrabalançou o aumento internacional dos produtos alimentares e dos preços dos combustíveis.
- O Governo restringiu a despesa pública para compensar a quebra da receita.** O desempenho mais fraco da arrecadação fiscal ficou a dever-se à arrecadação de direitos aduaneiros e de impostos sobre o consumo e lucros, que se situaram abaixo do projectado devido essencialmente ao enfraquecimento da economia e à acumulação de atrasados do

imposto sobre o combustível devido pela Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO). O Governo conteve a despesa primária interna, principalmente através de uma menor execução de transferências e de despesas de capital financiadas com recursos internos, enquanto os desembolsos em bens e serviços estiveram, em grande medida, relacionados com contas de serviços de utilidade pública não pagas. O défice primário interno atingiu o 3,2 por cento do PIB, conforme o programado.

5. **As perspectivas económicas de curto prazo representam um desafio.** Em face das incertezas latentes ligadas ao difícil ambiente externo e às poucas perspectivas de financiamento externo, tanto para projectos de investimento do sector privado como do público, o crescimento económico para 2013 foi revisto em baixa, de 5,5 por cento para 4,5 por cento. Os atrasos na execução de alguns projectos da construção civil, tais como o melhoramento do aeroporto, do porto e das estradas, contribuíram para uma projecção de uma pequena aceleração do crescimento económico. A montante, os riscos desta projecção derivam essencialmente de uma retoma mais sólida do que o esperado na Europa, e a jusante estão principalmente ligados a possíveis atrasos adicionais na execução de projectos, devido à falta de financiamentos. A inflação para o final de 2013 foi revista em alta, de 6 por cento para o intervalo compreendido entre 7 e 9 por cento, reflectindo uma tendência de redução da inflação mais realista em linha com a experiência registada até agora com a ancoragem da dobra ao euro, bem como as vulnerabilidades aos choques de fornecimento.¹ As reservas internacionais do Banco Central deverão manter-se em 2013 acima do limite mínimo do programa de três meses de importações.

III. DESEMPENHO AO ABRIGO DO PROGRAMA ECF

6. **Todos os critérios de desempenho contínuos e os para final de Dezembro foram observados** (Tabela 1). Após ter falhado a meta indicativa para o final de Setembro de 2012 no saldo primário interno em cerca de 0,4 por cento do PIB, o Governo cumpriu o critério de desempenho para o final de Dezembro, contendo a despesa de forma a conseguir compensar totalmente a quebra da receita. Não foi atingida a meta indicativa para o final de Setembro ligada ao financiamento líquido do Banco Central ao Governo, já que o Banco Central adiantou temporariamente fundos ao Governo, em conformidade com a legislação em vigor; mas foi observado o critério de desempenho para o final de Dezembro, uma vez que esse adiantamento foi reembolsado na íntegra em 26 de Outubro de 2012. O Banco Central observou, com grande margem, tanto a meta indicativa para o final de Setembro, como o critério de desempenho para o final de Dezembro relativo às reservas internacionais, já que o Governo pagou em divisas o adiantamento devido ao Banco Central, e que a valorização de mercado dos títulos de carteira do Banco Central melhorou. Este aumento inesperado da reserva líquida internacional levou a um aumento da base monetária acima do projectado e, como resultado, a meta indicativa para a base monetária foi superada tanto em final de Setembro, como em final de Dezembro.

7. **Quatro indicadores estruturais foram observados, embora com atraso em dois casos, e um indicador estrutural foi observado parcialmente** (Tabela 2). Tal como esperado, o Governo desenvolveu um plano estratégico de reforma para modernizar a administração

¹ A dobra (Db) está ancorada ao euro (€) à taxa de Db 24,500 por € desde 2010.

tributária em conformidade com as recomendações do Departamento de Assuntos Fiscais (FAD na sigla em inglês) do FMI, e o Banco Central estabeleceu um modelo de previsão de liquidez com a assistência técnica do Departamento Monetário e de Mercados de Capital (MCM na sigla em inglês) do FMI. O Banco Central concluiu, em Novembro de 2012, a inspecção *in situ* de um banco comercial mas, devido a limitações de recursos humanos, a conclusão da inspecção de um segundo banco comercial apenas teve lugar em Abril de 2013. Com a assistência técnica do Departamento Jurídico (LEG na sigla em inglês) do FMI, o Governo preparou uma proposta de emenda à Lei Anti-Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (AML/CFT na sigla em inglês), e submeteu o novo projecto de lei à Assembleia Nacional em Maio de 2013, após receber e analisar o relatório da missão de Dezembro de 2012 de avaliação conjunta do GIABA.² O Governo observou parcialmente o indicador estrutural ligado à reconciliação e certificação dos atrasados cruzados entre a ENCO, a Empresa de Água e Electricidade (EMAE) e o Tesouro, e também à concepção de um plano para eliminar esses atrasados e evitar que o problema se repita. Neste sentido: (i) os atrasados entre o Tesouro e a EMAE foram certificados e reduzidos de Db 72 mil milhões para Db 12 mil milhões em Fevereiro de 2013; (ii) o Tesouro planeia cumprir os pagamentos à EMAE e eliminar os restantes Db 12 mil milhões de atrasados durante o ano de 2013; e (iii) os atrasados da EMAE para com a ENCO foram verificados e certificados. Contudo, as negociações mantidas entre o Governo, a EMAE e a ENCO no sentido de estabelecer um plano para sanear os atrasados da EMAE para com a ENCO, e além disso, para evitar a ocorrência de atrasados cruzados, revelaram-se mais difíceis do que o esperado, e deverão estar concluídas apenas até ao final de Setembro de 2013.

IV. POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

A. Reforço das Finanças Públicas

O Quadro Orçamental de 2013

8. **O Governo está muito empenhado em manter a prudência orçamental.** No orçamento recentemente aprovado, o Governo estabeleceu como meta um défice primário interno de 3,1 por cento do PIB para 2013, situado ligeiramente abaixo da meta e resultados do ano transacto. Para atingir a meta orçamental para 2013, o Governo irá reforçar a colecta de receita através da modernização das administrações tributária e alfandegária e do alargamento da base tributária (ver abaixo), e continuará a conter a despesa não prioritária. Por exemplo, no orçamento de 2013, o Governo estabeleceu um teto para o crescimento nominal da massa salarial em 7 por cento, apenas autorizando ajustes para acomodar a implementação do quadro de carreira nos sectores da educação e da saúde. O programa orçamental para 2013 está financiado na íntegra, dado que, além do financiamento da Conta Nacional do Petróleo (CNP) em US\$ 1,8 milhões, o Governo já garantiu o apoio orçamental do Banco Mundial no montante de US\$ 4,2 milhões e de doadores regionais, incluindo a Nigéria, num montante total de US\$ 6 milhões.

² O GIABA é o Grupo de Acção Intergovernamental Regional contra o Branqueamento de Capitais. São Tomé e Príncipe é membro do GIABA desde Junho de 2012.

Reformas Estruturais para reforçar as Finanças Públicas

9. **O programa de reforma do Governo para reforçar as finanças públicas centrar-se-á nas administrações tributária e alfandegária e na gestão das finanças públicas (GFP).** As acções específicas em 2013 incluem:

- Aumentar o cumprimento tributário voluntário através da melhoria da qualidade dos serviços ao contribuinte, da simplificação e harmonização dos procedimentos tributários, do alargamento dos serviços tributários às zonas mais remotas do país e de visitas de sensibilização às empresas recentemente criadas.
- Melhorar a gestão dos contribuintes a nível da administração tributária através do aumento da segurança do Sistema de Registo dos Contribuintes, da consolidação da segmentação dos contribuintes e da criação de um dossier único informatizado de contribuintes.
- Combater a fraude e a evasão fiscal com o melhoramento da selecção de contribuintes sujeitos a auditoria através da análise de risco, do alargamento da cobertura tributária a todo o país, e do reforço do Tribunal Tributário Nacional, permitindo-lhe cumprir as suas funções através dos seus próprios recursos.
- Completar a implementação da segunda fase do SYDONIA WORLD, através da activação de todas as suas funcionalidades e do estabelecimento de procedimentos totalmente informatizados.
- Dotar as administrações tributária e alfandegária de recursos necessários, incluindo mais pessoal e equipamento, para implementar as reformas acima mencionadas.
- Tomar medidas para operacionalizar na íntegra o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE-e) através da activação do respectivo módulo de Contabilidade.
- Preparar, até ao final de Junho de 2013, a Conta Geral do Estado para 2012, e submetê-la em seguida à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas. Esta será a primeira vez em duas décadas que a Conta Geral do Estado irá ser preparada e discutida.
- Estabelecer até ao final de Junho de 2013 uma unidade multi-sectorial composta por representantes do Ministério do Plano e Finanças, do Banco Central e do Instituto Nacional de Estatística para desenvolver um plano de acção para a implementação do Quadro Fiscal de Médio Prazo (QFMP).
- Conseguir, até ao final de Setembro de 2013, uma solução de longo prazo para a questão dos atrasados cruzados entre o Tesouro, a EMAE e a ENCO, através da conclusão das negociações do plano para o saneamento faseado de liquidação dos atrasados da EMAE com a ENCO e para evitar a futura ocorrência do problema de atrasados cruzados.

B. Reforço da Gestão da Liquidez, Estabilidade Financeira e Salvaguardas

10. **O Banco Central deverá continuar a modernizar as suas práticas de gestão da liquidez e a reforçar a sua função de supervisão bancária. Além disso, irá tomar medidas para intensificar as salvaguardadas dos seus balanços.** As acções específicas para 2013 incluem:

- Completar a inspecção *in situ* do maior banco comercial no primeiro semestre do ano, e inspecções *in situ* de mais dois bancos comerciais no segundo semestre.
- Monitorizar escrupulosamente a solidez financeira dos bancos comerciais e, sempre que necessário, exigir um aumento do capital aos seus accionistas, sob pena de aumento do crédito malparado e, no curto prazo, de perspectivas de lucros baixos e de estagnação do crédito.
- Recrutar novos supervisores para ajudar a aumentar a frequência das inspecções *in situ* e melhorar a análise dos relatórios trimestrais da banca comercial.
- Aplicar rigorosamente a regulamentação bancária, incluindo a reserva obrigatória e a divulgação de dados à Central de Risco de Crédito; aplicar coimas às instituições bancárias em incumprimento.
- Reforçar a gestão da liquidez, através da expansão do horizonte de projecções para uma semana, e do desenvolvimento de uma abordagem sistemática de análise dos erros de previsão e de análise da evolução dos excedentes/insuficiências de liquidez agregada diária.
- Apoiar a paridade, mantendo reservas internacionais líquidas no Banco Central acima do equivalente a três meses de importações, e investir as reservas internacionais do Banco Central em activos financeiros líquidos de elevada qualidade.
- Melhorar as políticas de comunicação externa para reforçar a credibilidade no sistema financeiro, incluindo a publicação regular de relatórios e boletins económicos, reforçar a capacidade do Gabinete de Apoio ao Consumidor, e promover a familiarização com os temas financeiros.
- Encorajar a utilização de cartões de crédito e débito, terminais de pagamento em pontos de vendas, de ATM, e de um sistema seguro de operações bancárias por telemóvel com o objectivo de expandir as operações do sistema de pagamentos electrónico em todo o país.
- Alargar o papel desempenhado pelo Departamento de Auditoria Interna para acompanhar mais sistematicamente a implementação das recomendações dos auditores externos e para monitorizar os principais riscos para o balanço do Banco Central.
- Introduzir um novo Plano de Contabilidade e Reporte no Banco Central de acordo com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro (IFRS).

V. REFORÇO DO ENQUADRAMENTO DO COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (AML/CFT)

11. O Governo está muito empenhado em resolver as deficiências do enquadramento da AML/CFT de São Tomé e Príncipe. Com a assistência técnica do Departamento Jurídico (LEG na sigla em inglês) do FMI, foi redigida uma emenda à Lei AML/CFT e o novo projecto de lei foi submetido à Assembleia Nacional em Maio de 2013. A aprovação desta lei será um passo importante no sentido de retirar São Tomé e Príncipe da lista de jurisdições não cooperantes e de alto risco do Grupo de Acção Financeira Internacional. Além disso, o Governo irá reforçar as operações da Unidade de Informação Financeira (UIF), dotando-a do necessário pessoal e equipamento, e facilitando a formação de seu pessoal. Essas acções visam reforçar as funções essenciais da UIF, tais como a recepção, análise e tramitação para o Ministério Público de transacções suspeitas de profissionais e de instituições financeiras e não financeiras.

VI. ESTATÍSTICAS

12. **O Governo continua a trabalhar no reforço do sistema estatístico.** Para além dos melhoramentos esperados acima enunciados relativamente à preparação e consolidação da Conta Geral do Estado e da introdução no Banco Central de um sistema de reporte e contabilidade consistentes com as NIRF, o Instituto Nacional de Estatística (INE) está a tomar medidas para melhorar o Índice de Preços ao Consumidor (IPC). O inquérito aos agregados familiares concluído em 2011 servirá de base à reponderação dos componentes do Índice e serão introduzidos novos bens e serviços no cabaz (a última actualização foi há 20 anos). O novo IPC deverá estar concluído em final de Dezembro de 2013, o que representará uma melhoria substancial para a aferição da inflação.

VII. MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

13. O Governo irá manter inalterados os critérios de desempenho, as metas indicativas e os indicadores estruturais acordados previamente para a segunda avaliação. Os critérios de desempenho, as metas indicativas e os indicadores estruturais acordados previamente, bem como os novos critérios de desempenho, as novas metas indicativas e os novos indicadores estruturais para o período entre Julho e Dezembro de 2013 são apresentados nas Tabelas 3 e 4. As definições dos critérios de desempenho e das metas quantitativas são fornecidas do Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo. A segunda avaliação deverá ser realizada até Novembro de 2013, e a terceira, até Maio de 2014.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2012
(Mil milhões de Dobras, cumulativo desde o começo do ano, salvo indicação contrária)

	2012					
	Setembro			Dezembro		
	Meta	Meta	Actual	Critérios de Desempenho		Actual
	Indicativa	c/ajustamento		Critérios de Desempenho ¹	c/ajustamento	
30-Set-12	30-Set-12	30-Set-12	31-Dez-12	31-Dez-12	31-Dez-12	
Critérios de Desempenho:						
1 Limite inferior do balanço primário interno (conforme definido no MTE) ²	-99	-99	-110	-164	-164	-163
2 Tecto sobre alterações no financiamento bancário líquido ao Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5,6}	0	-24	11	0	45	-65
3 Limite inferior das reservas internacionais líquidas do Banco Central (US\$ milhões) ^{2,4}	21.97	23.24	27.54	21.97	19.59	39.08
4 Tecto em pagamentos externos atrasados do Governo Central (stock, US\$ milhões) ^{5,7,8,9}	0	...	0	0	...	0
5 Tecto sobre contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com período de maturidade superior a 1 ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (US\$ milhões) ^{5,7,8,9,10,11}	0	...	0	0	...	0
6 Tecto sobre o stock de dívida externa com maturidade original de até um ano ou incluindo um ano de vencimento ou garantida pelo Governo Central ou pelo BCSTP (stock, US\$ milhões) ^{5,8,9,10,11}	0	...	0	0	...	0
Metas Indicativas:						
Tecto sobre dos atrasados internos do Governo Central	0	...	49	0	...	33
Tecto sobre a base monetária em Dobras (stock)	515	...	536	551	...	616
Limite inferior de despesas para redução da pobreza	213	...	193	285	...	288
Itens do Memorando:						
Transferências da CNP para o orçamento (US\$ milhões)	1.2	...	1.2	1.2	...	1.2
Pagamentos líquidos para serviço da dívida externa ¹²	59	...	28	79	...	73
Apoio oficial externo ao programa ¹²	141	...	85	278	...	194
Despesa de capital financiada pelo Tesouro	58	...	60	96	...	74

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Desempenho nas datas de análise de Dezembro analisado durante a primeira avaliação.

² O limite inferior será ajustado para cima ou para abaixo de acordo com as definições do MTE.

³ O tecto será ajustado para baixo ou para cima de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo" está definido no ponto 3 do MTE, que exclui as operações das empresas públicas.

⁶ O número para Dezembro de 2012 reflete uma pequena correção no registro dos empréstimos do FMI.

⁷ Este critério será avaliado como critério de desempenho contínuo.

⁸ O termo "externo" está definido em conformidade com a residência do credor como indicado no ponto 2 das Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt do FMI (Decisão n.º 6230-79/140 do Conselho de Administração do FMI conforme alteração de 1 de Dezembro de 2009).

⁹ Este critério de desempenho aplica-se não só à dívida conforme definida no ponto 9 das Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt do FMI (Decisão n.º 6230-79/140 do Conselho de Administração do FMI conforme alteração de 1 de Dezembro de 2009), como também a compromissos assumidos ou garantidos relativamente aos quais ainda não foi recebido qualquer montante. Para mais pormenores sobre a definição de "dívida" e "atrasados externos" ver MTE, parágrafos 14-16.

¹⁰ Aplica-se somente à dívida com elemento de doação inferior a 50 por cento conforme definido no ponto 8 g (i) das Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt do FMI (Decisão n.º 6230-79/140 do Conselho de Administração do FMI conforme alteração de 1 de Dezembro de 2009). Para mais pormenores sobre a definição de "concessionalidade" ver MTE, nota de rodapé 6.

¹¹ "Dívida" está definida no ponto 9 das Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt do FMI (Decisão n.º 6230-79/140 do Conselho de Administração do FMI conforme alteração de 1 de Dezembro de 2009). Para mais pormenores sobre a definição de "dívida" ver MTE, parágrafos 14-15.

¹² Conforme definido no MTE, avaliado à taxa de câmbio do programa.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores Estruturais para 2012

Sector	Indicador Estrutural	Razão económica	Calendário indicativo	Situação
Reforçar as Finanças Públicas				
Administração tributária	i. Desenvolver um plano estratégico de reforma para modernizar a administração tributária em linha com as recomendações do FAD.	Reforçar a administração de receitas	Final de Dez. 2012	Concluído
Controlo interno	ii. Reforçar o controlo interno através da reconciliação e certificação dos atrasados cruzados entre ENCO, EMAE e Tesouro, e acordar uma estratégia para resolver esta questão e prevenir a acumulação futura de atrasados entre eles.	Reforçar GFP	Final de Dez. 2012	Concluído parcialmente
Melhorar a gestão monetária e a estabilidade financeira				
Gestão de liquidez	iii. Melhorar a gestão da liquidez através da criação de um modelo para previsão de liquidez, reservas internacionais e contas do Estado para identificar excessos ou défice de liquidez.	Reforçar o quadro da política monetária	Final de Dez. 2012	Concluído
Supervisão Bancária	iv. Reforçar a supervisão e regulação bancária através da conclusão do processo de supervisão <i>in situ</i> de dois bancos comerciais.	Garantir a estabilidade financeira	Final de Dez. 2012	Concluído com atraso
Reforçar o enquadramento da AML/CFT				
Enquadramento da AML/CFT	v. Reforçar o enquadramento da AML/CFT através do envio à Assembleia Nacional do novo projecto da Lei AML/CFT.	Adequar a legislação AML/CFT às normas do GAFI e contribuir para retirar STP da lista negra do GAFI	Final de Dez. 2012	Concluído com atraso

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2013
(Mil milhões de Dobras, cumulativo desde o começo do ano, salvo indicação contrária)

	2013			
	Março	Junho	Setembro	Dezembro
	Meta Indicativa	Critérios de Desempenho ¹	Meta Indicativa	Critérios de Desempenho ¹
	31-Mar-13	30-Jun-13	30-Set-13	31-Dez-13
Critérios de Desempenho:				
1 Limite inferior do balanço primário interno (conforme definido no MTE) ²	-47	-105	-142	-178
2 Tecto sobre alterações no financiamento bancário líquido ao Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3,4,5}	0	0	0	0
3 Limite inferior das reservas internacionais líquidas do Banco Central (US\$ milhões) ^{2,4}	21.97	21.97	21.97	21.97
4 Tecto em pagamentos externos atrasados do Governo Central (stock, US\$ milhões) ^{5,6,7,8}	0	0	0	0
5 Tecto sobre contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com período de maturidade superior a 1 ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (US\$ milhões) ^{5,6,7,8,9,10}	0	0	0	0
6 Tecto sobre o stock de dívida externa com maturidade original de até um ano ou incluindo um ano de vencimento ou garantida pelo Governo Central ou pelo BCSTP (stock, US\$ milhões) ^{5,7,8,9,10}	0	0	0	0
Metas Indicativas:				
Tecto sobre dos atrasados internos do Governo Central	0	0	0	0
Tecto sobre a base monetária em Dobras (stock)	635	649	675	715
Limite inferior de despesas para redução da pobreza	73	146	219	292
Itens do Memorando:				
Transferências da CNP para o orçamento (US\$ milhões)	1.8	1.8	1.8	1.8
Pagamentos líquidos para serviço da dívida externa ¹¹	14	35	57	81
Apoio oficial externo ao programa ¹¹	74	158	168	193
Despesa de capital financiada pelo Tesouro	25	31	90	99

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Desempenho nas datas de análise de Junho e Dezembro analisado respectivamente durante as segunda e terceira avaliações.

² O limite inferior será ajustado para cima ou para abaixo de acordo com as definições do MTE.

³ O tecto será ajustado para baixo ou para acima de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo" está definido no ponto 3 do MTE, que exclui as operações das empresas públicas.

⁶ Este critério será avaliado como critério de desempenho contínuo.

⁷ O termo "externo" está definido em conformidade com a residência do credor como indicado no ponto 2 das Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt do FMI (Decisão n.º 6230-79/140 do Conselho de Administração do FMI conforme alteração de 1 de Dezembro de 2009).

⁸ Este critério de desempenho aplica-se não só à dívida conforme definida no ponto 9 das Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt do FMI (Decisão n.º 6230-79/140 do Conselho de Administração do FMI conforme alteração de 1 de Dezembro de 2009), como também a compromissos assumidos ou garantidos relativamente aos quais ainda não foi recebido qualquer montante. Para mais pormenores sobre a definição de "dívida" e "atrasados externos" ver MTE, parágrafos 14-16.

⁹ Aplica-se somente à dívida com elemento de doação inferior a 50 por cento conforme definido no ponto 8 g (i) das Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt do FMI (Decisão n.º 6230-79/140 do Conselho de Administração do FMI conforme alteração de 1 de Dezembro de 2009). Para mais pormenores sobre a definição de "concessionalidade" ver MTE, nota de rodapé 6.

¹⁰ "Dívida" está definida no ponto 9 das Guidelines on Performance Criteria with Respect to External Debt do FMI (Decisão n.º 6230-79/140 do Conselho de Administração do FMI conforme alteração de 1 de Dezembro de 2009). Para mais pormenores sobre a definição de "dívida" ver MTE, parágrafos 14-15.

¹¹ Conforme definido no MTE, avaliado à taxa de câmbio do programa.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Indicadores Estruturais para 2013

Sector	Indicador Estrutural	Razão económica	Calendário indicativo
Reforçar as Finanças Públicas			
Controlo externo	i. Elaborar as Contas Gerais do Estado para 2012 e respectivo envio à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas.	Reforçar GFP	Final de Junho 2013
Controlo interno	ii. Reforçar o controlo interno, através da conclusão de um plano para eliminar gradualmente os atrasados da EMAE para com a ENCO e evitar a ocorrência de atrasados cruzados no futuro.	Reforçar GFP	Final de Set. 2013
Administração tributária	iii. Melhorar a gestão dos contribuintes e o cumprimento das obrigações tributárias através do melhoramento da segurança do Registo de Contribuintes, criando uma unidade exclusiva para os grandes contribuintes e criando um dossier único informatizado de contribuintes.	Reforçar a administração de receitas	Final de Dez. 2013
Administração alfandegária	iv. Concluir a segunda fase da implementação do SYDONIA WORLD através da activação de todas as suas funcionalidades e do estabelecimento de procedimentos totalmente informatizados.	Reforçar a administração da receita	Final de Dez. 2013
Melhorar a gestão monetária e a estabilidade financeira			
Supervisão Bancária	v. Reforçar a supervisão e regulação bancária através da: - conclusão do processo de supervisão <i>in situ</i> do maior banco comercial. - conclusão do processo de supervisão <i>in situ</i> dos dois últimos bancos comerciais.	Garantir a estabilidade financeira	Final de Junho 2013 Final de Dez. 2013
Estatística			
Estatísticas do IPC	vi. Melhorar as estatísticas do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) através da reponderação dos componentes do IPC e introdução de novos bens e serviços no cabaz.	Reforçar o sistema estatístico	Final de Dez. 2013

Anexo II. São Tomé and Príncipe: Memorando Técnico de Entendimento

Maio de 2013

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas nas Tabelas 1, 2 e 3 anexas ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) para 2013. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início de cada ano civil.

I. FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

2. Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas aos critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do Fundo mensalmente, com um defasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para outros dados. Todas as revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do Fundo. Para as variáveis relevantes para avaliar o desempenho em relação aos objectivos do programa, mas que não constem especificamente no presente Memorando, as autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, conforme for necessário, sobre o modo da sua aferição e reporte. Os critérios de desempenho incluídos no programa, conforme a definição abaixo, referem-se ao saldo primário interno e financiamento bancário líquido do Governo Central, reservas internacionais líquidas do Banco Central, atrasados de pagamentos externos, dívida externa não concessional de curto, médio e longo prazo contraída ou garantida pelo Governo Central e/ou pelo Banco Central.

II. DEFINIÇÕES

3. **Governo**, para efeitos do presente MTE, refere-se ao Governo Central, que inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades, e outros organismos que constituam agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. Entretanto, o Governo Central não inclui as operações das empresas públicas.

4. **Receitas internas do Governo (excluindo receitas petrolíferas)** incluem todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), com excepção de: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, ajuda alimentar, etc.) e 3) todos os fluxos brutos de entradas para o Governo relacionados com os pagamentos dos bónus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado no quadro das operações financeiras do Governo elaborado pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro do Ministério do Plano e Finanças.

5. **Despesa primária interna** abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e donativos externos e 2) os pagamentos de juros programados. A divulgação das despesas internas do

Governo será baseada na execução do orçamento de Estado elaborada mensalmente pelas Direcções do Orçamento e do Tesouro do Ministério do Plano e Finanças.

6. Dentro da despesa primária interna, as **despesas para a redução da pobreza** dizem respeito aos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito directo na redução da pobreza, como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de capital, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes para a redução da pobreza:** Abrangem os ministérios e categorias de despesas (por código orçamental) descritos na matriz abaixo:

Code	Description of expenditure	Ministry of Education	Ministry of Health	Ministry of Labour
01.00.00	Personnel expenses	x	x	x
02.01.05	Other durable goods	x	x	
02.02.02	Fuel and lubricants ¹	x	x	x
02.02.04	Food ¹	x		
02.02.05	Medicine	x	x	
02.02.06	Clothing and footwear ¹	x	x	x
02.02.09	Other nondurable goods	x	x	
02.03.01.01	Water and energy	x	x	x
02.03.02	Custody of goods	x	x	
02.03.06	Communications	x	x	x
04.02.01	Private institutions	x		x
04.03.01	Individuals	x		x
04.04.02	Other inward transfers		x	
06.01.00	Education and training		x	
06.04.01	Project costs	x		
06.04.04.02	Miscellaneous	x	x	

¹ Expenditures on fuels and lubricants (*combustíveis e lubrificantes*) that are effected for administrative purposes are excluded. Likewise, food (*alimentação*) and clothing and shoes (*roupas e calçados*) supplied to administrative staff are excluded.

- b. **Despesas de capital para a redução da pobreza financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projectos que se considere terem um impacto directo no alívio da pobreza nos seguintes sectores: educação, saúde, redes de apoio social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável, e electrificação.

7. **Despesas de capital financiadas pelo Tesouro:** Classificam-se como parte da despesa primária interna e cobrem projectos que não sejam directamente financiados por donativos para projectos nem empréstimos concessionais. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro deverão corresponder aos planos do Governo de 2012 e 2013 para investimento em estradas, pontes, escolas, água e energia. Deverão incluir gastos em construções novas, reabilitação e manutenção. As despesas com ordenados e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projectos não serão classificadas como despesa de capital. O programa de investimentos do Governo será executado pelos Ministérios das Obras Públicas e Recursos Naturais, Educação e Saúde.

8. **Saldo primário interno** é definido como a diferença entre a receita interna e a despesa primária interna do Governo. A título indicativo, no final de Dezembro de 2012, este saldo foi de 163 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

	Receita interna do Governo:	771 mil milhões
<i>Menos:</i>	Despesa primária do Governo:	
	(conforme definida no parágrafo 5)	<u>934 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Saldo primário interno:	-163 mil milhões

9. **Atrasados internos** são definidos como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

10. Para efeitos do presente MTE,¹ a **taxa de câmbio do programa** será de: (i) 19.008 dobras por dólar americano, 24.500 dobras por euro e 28.987 dobras por Direitos Especial de Saque (DES) em 2012; e (ii) 18.585 dobras por dólar americano, 24.500 dobras por euro e 28.563 dobras por Direitos Especial de Saque (DES) em 2013.

11. **Crédito bancário líquido ao Governo Central (CLG)** é definido como stock de todos os créditos concedidos ao Governo pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos todos os depósitos do Governo Central no BCSTP e nas OSD, conforme reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP) não está incluído no crédito líquido ao Governo Central. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa. Como referência, no final de Dezembro de 2012, o saldo do crédito líquido ao Governo Central (excluindo a CNP) era de 44 mil milhões de dobras, repartido da seguinte forma:

	Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	233 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos do Governo no BCSTP (excluindo a CNP)	95 mil milhões
<i>D/q:</i>	Contas do Tesouro em dobras	4 mil milhões
	Contas do Tesouro em divisas	26 mil milhões
	Depósitos de contrapartida	<u>65 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Crédito líquido concedido ao Governo pelo BCSTP	138 mil milhões
<i>Mais:</i>	Crédito das OSD ao Governo	3 mil milhões
<i>Menos:</i>	Depósitos do Governo nas OSD (incl. fundos de contrapartida)	<u>96 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i>	Financiamento bancário líquido do Governo (excl. CNP)	44 mil milhões

12. **A base monetária em dobras** é definida como a soma da moeda emitida – que consiste em notas e moedas em poder do público e do numerário nos cofres-fortes – e reservas bancárias em dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais – em dobras – detidas no Banco Central e incluem as reservas em excesso relativamente às reservas mínimas de caixa. A título indicativo, no final de Dezembro de 2012, a base monetária em dobras era de 616 mil milhões, calculada da seguinte forma:

¹ Este dado refere-se ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas na página web do BCSTP do último dia do ano.

Emissão de moeda:	217 mil milhões
<i>D/q:</i> Numerário nos cofres-fortes	41 mil milhões
Notas e moedas em poder do público	176 mil milhões
<i>Mais:</i> Reservas bancárias em dobras	<u>399 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i> Base monetária em dobras	616 mil milhões

13. **Reservas internacionais líquidas** (RIL) do BCSTP são definidas, para efeitos de monitorização do programa, como activos externos transaccionáveis de curto prazo, do BCSTP, menos obrigações externas de curto prazo, incluindo obrigações em relação ao FMI. Todos os activos externos de curto prazo que não sejam integralmente convertíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os activos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC, em DES, e os activos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição de RIL. Qualquer título cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original será contabilizado pelo seu valor corrente de mercado, prevalecente na data de análise, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. O saldo: 1) da CNP no BCSTP; 2) dos depósitos de bancos relacionados às exigências de capital ou licenciamento; e 3) das reservas bancárias expressas em divisas não estão incluídos na definição do programa de RIL. Todos os valores serão convertidos em dólares americanos à taxa de câmbio corrente de mercado, prevalecente na data de análise. A título indicativo, no final de Dezembro de 2012, as RIL eram de 726 mil milhões de dobras, calculadas da seguinte forma:

Reservas internacionais brutas:	933 mil milhões
<i>D/q:</i> Numerário	19 mil milhões
Depósitos à ordem	127 mil milhões
Depósitos à prazo (incl. depósitos dos bancos em divisas)	388 mil milhões
Títulos excepto acções	376 mil milhões
<i>D/q:</i> Obrigações do Tesouro de Portugal	92 mil milhões
Obrigações da Rede Ferroviária Nacional	123 mil milhões
<i>Menos:</i> desconto (71,60)	35 mil milhões
Títulos CDG garantidos por hipotecas	195 mil milhões
Juros decorridos de títulos	10 mil milhões
Posição de reserva no FMI	0 mil milhões
Haveres em DES	13 mil milhões
<i>Menos:</i> Obrigações de curto prazo (incl. obrigações com o FMI)	110 mil milhões
<i>Menos:</i> Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	<u>97 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i> Reservas internacionais líquidas	726 mil milhões
<i>Mais:</i> Outros activos externos	249 mil milhões
<i>Menos:</i> Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afectação de DES)	<u>203 mil milhões</u>
<i>Igual a:</i> Activos externos líquidos	772 mil milhões
<i>Memo:</i> Conta Nacional do Petróleo (CNP)	168 mil milhões

14. **O critério de desempenho relativo à dívida externa de curto prazo** refere-se ao stock da dívida externa por pagar e com um vencimento igual ou inferior a um ano (incluindo posições a descoberto, mas

excluindo o crédito normal à importação), devida ou garantida pelo Governo e/ou pelo BCSTP.² Em relação à linha de crédito preventiva de Portugal em apoio à paridade fixa da dobra em relação ao euro, os montantes por pagar nos primeiros três trimestres de determinado ano serão excluídos do limite da dívida externa de curto prazo. No entanto, os montantes por pagar no final de determinado ano serão incluídos na avaliação do cumprimento do critério de desempenho relativo à dívida externa de curto prazo. Como referência, em final de Dezembro de 2012 o stock de dívida externa de curto prazo era zero.

15. **O critério de desempenho relativo à dívida externa não concessional de médio e longo prazo é um critério de desempenho contínuo** que se refere à contracção ou garantia de nova dívida externa com vencimento original superior a um ano, pelo Governo e/ou pelo BCSTP.^{3,4} A dívida em processo de reescalonamento e reestruturação está excluída dos tectos estabelecidos para os pedidos de crédito não concessional. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério do Plano e Finanças e (consoante o caso) pelo BCSTP, calculada em dólares americanos às taxas de câmbio prevaletentes. O Governo deverá consultar o corpo técnico do FMI antes da contratação ou garantia de novas obrigações de dívida de médio e longo prazo.

16. **A não acumulação de novos atrasados de pagamentos externos constitui um critério de desempenho contínuo.** Os atrasados de pagamentos externos do Governo são definidos como todas as obrigações de dívida pública externa não pagas, de acordo com os dados apresentados pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério do Plano e Finanças e (consoante o caso) pelo BCSTP, com excepção dos atrasados que aguardem acordos de reescalonamento da dívida, que serão considerados atrasados técnicos. A dívida é considerada em atraso quando não tiver sido paga no prazo de vencimento, a não ser que o conceito de atrasado tenha sido contratualmente definido de outra forma. Este critério de desempenho não se aplica aos atrasados externos que aguardam assinatura de acordos bilaterais no contexto do reescalonamento da dívida com os credores do Clube de Paris, consoante o caso, e outros credores bilaterais.

² O termo “dívida” define-se em conformidade com o Ponto 9 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo (Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009). Por “dívida” entende-se um passivo corrente (ou seja, não contingente) criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de activos (incluindo moeda) ou serviços, em data futura. Tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual.

³ Este critério de desempenho aplica-se não apenas à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes do FMI sobre Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa em Acordos com o Fundo (Decisão No. 6230-(79/140) do Conselho de Administração do FMI, conforme modificada em 1 de Dezembro de 2009), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido.

⁴ O nível de concessionalidade dos empréstimos é avaliado de acordo com a taxa de juro de referência por moeda, publicada pela Divisão de Crédito à Exportação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Para empréstimos a períodos não inferiores a 15 anos serão usadas as taxas de referência comerciais médias a 10 anos para a moeda do empréstimo. Para empréstimos por períodos menores aplicar-se-á a média de seis meses. Para os países menos desenvolvidos, como São Tomé e Príncipe, um empréstimo é considerado bonificado se, na data do desembolso inicial, o rácio entre o valor actual do empréstimo, calculado com base na taxa de juro de referência, face ao valor nominal do empréstimo for inferior a 50% (por outras palavras, um elemento de doação de pelo menos 50%). Para moedas sem taxa de juro de referência utilizar-se-á a taxa do DES. Este critério não se aplica aos instrumentos de crédito do FMI.

17. **Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa** são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, incluindo atrasados técnicos.

18. **Apoio programático externo oficial** é definido como donativos e empréstimos, incluindo apoio em género quando os produtos sejam vendidos pelo Governo e as receitas sejam consignadas a uma rubrica orçamental de despesa, e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento. Os montantes assumidos no programa consistentes com esta definição apresentam-se nas Tabelas 1 e 3 do MPEF na rubrica por memória com a designação “apoio programático externo oficial”.

III. FACTORES DE AJUSTAMENTO

19. **O critério de desempenho relativo ao défice primário interno terá um factor de ajustamento.** O limite do défice primário interno será ajustado em alta se o Governo encontrar apoio orçamental e receitas de privatização em 2012 e 2013 para além do descrito no MPEF; esse factor de ajustamento terá um limite de 22 mil milhões de dobras (½ por cento do PIB em 2011) para 2012 e de 50 mil milhões dobras (1 por cento do PIB em 2012) para 2013.⁵

20. **Serão definidos factores de ajustamento dos critérios de desempenho relativos ao crédito líquido ao Governo Central e às reservas internacionais líquidas do BCSTP.** Os desvios aos montantes previstos no programa para as transferências a partir da CNP para o orçamento, o apoio programático externo oficial e os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa desencadearão ajustamentos aos critérios de desempenho referidos acima. Esses desvios serão calculados cumulativamente a partir do final de Dezembro de 2011 ou final de Dezembro de 2012, conforme apropriado (MPEF, Tabelas 1 e 3). Segue-se uma explicação desses ajustamentos:

- **Factores de ajustamento aos tectos nas alterações do crédito líquido bancário ao Governo Central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efectivos e projectados no recebimento das transferências da CNP para o orçamento, no apoio programático externo oficial, nos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa, e atrasados internos serão convertidas em dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2011 ou do final de Dezembro de 2012, conforme for apropriado, à data de análise. Os tectos serão ajustados em baixa (em alta) face ao valor dos desvios acumulados, em baixa (em alta) face à diferença entre os pagamentos líquidos efectivos e projectados do serviço da dívida externa, e no valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP, no apoio programático externo oficial, e nos atrasados internos. A aplicação combinada de todos os factores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada ao equivalente a USD 3 milhões à taxa de câmbio do programa).
- **Factores de ajustamento ao limite inferior das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos projectados e efectivos das transferências da CNP para o orçamento, o apoio programático externo oficial, os

⁵ Os donativos e as despesas relacionadas com custos de realização de eleições não serão incluídos no cálculo do défice primário interno.

pagamentos líquidos do serviço da dívida externa, e os atrasados internos em dobras, serão convertidas em dólares americanos à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de Dezembro de 2011 ou do final de Dezembro de 2012, conforme for apropriado, à data de análise. Os limites inferiores serão ajustados em alta (em baixa) face ao valor dos desvios acumulados, em baixa (em alta) no serviço da dívida externa do Governo Central, e no valor dos desvios em alta (em baixa) nas transferências da CNP para o orçamento, no apoio programático externo oficial, e nos atrasados internos. A aplicação combinada de todos os factores de ajustamento, em qualquer data de análise, é limitada de modo a que o limite inferior ajustado não seja inferior a USD 18,97 milhões.

IV. REPORTE DE DADOS

21. A informação seguinte será fornecida ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.
- 1) **Dados Orçamentais:** A Direcção do Orçamento do Ministério do Plano e Finanças fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de seis semanas após o final de cada mês ou trimestre, com excepção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:
- Dados mensais sobre as operações do Governo Central em termos de receita, despesa, e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos líquidos consignados, em base de compromissos e de caixa;
 - Dados mensais sobre o crédito líquido ao Governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP;
 - Dados mensais detalhados sobre receitas fiscais e não fiscais;
 - Dados mensais detalhados sobre a despesa de capital com financiamento interno em base de compromissos e de caixa;
 - Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo;
 - Dados mensais sobre o apoio programático externo oficial (não relacionado a projectos);
 - Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projecto e fonte de financiamento;
 - Dados trimestrais sobre a execução das despesas de capital financiadas pelo Tesouro, por projecto, montante, cronograma de execução e progressos na execução;
 - Dados trimestrais sobre donativos para projectos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC);
 - Dados trimestrais sobre alívio da dívida bilateral no âmbito do HIPC;
 - Estruturas de preços de petróleo pendentes mais recentes e apresentação de novas estruturas de preço (no prazo de uma semana após cada alteração).
- 2) **Dados Monetários:** O BCSTP fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês, as suas contas monetárias. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no prazo de dois meses após o fim de cada trimestre no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano para os dados anuais. Os



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

29 de Maio de 2013

PRIMEIRA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por

Departamento de África
(Em consulta com outros departamentos)

SUMÁRIO

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL	7
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	9
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	11

RELAÇÕES COM O FMI

(em 30 de Abril de 2013)

Admissão e regime de consultas

Admitido em 30 de Setembro de 1977; Artigo XIV

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da Quota
Quota	7,40	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	7,40	100,05
Posição na tranche de reservas	0,00	0,00

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da Afectação
Afectação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	0,32	4,44

Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da Quota
Acordos ECF	3,44	46,43

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF ^a	20/07/2012	19/07/2015	2,59	0,37
ECF ^a	02/03/2009	01/03/2012	2,59	0,74
ECF ^a	01/08/2005	31/07/2008	2,96	2,96

^a Antigo PRGF.

Projeção dos pagamentos ao FMI ¹

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Capital	0,25	0,63	0,70	0,61	0,44
Comissões/juros	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01
Total	0,26	0,63	0,71	0,62	0,45

¹ Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ¹	124,30
<i>Da qual:</i> assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	...
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros ²	0,04
Total dos desembolsos	0,87

¹ A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor actual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

² No âmbito do quadro reforçado, é efectuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ¹	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

<u>Data da prestação</u>	<u>Dívida habilitada</u>		
	<u>GRA</u>	<u>PRGT</u>	<u>Total</u>
Março de 2007	N/A	1,05	1,05
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38

¹ A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para receber esta assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Avaliação das salvaguardas:

A actualização da avaliação das salvaguardas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) foi concluída. Constatou-se que o BCSTP enfrenta graves restrições em matéria de capacidades e não dispõe de supervisão independente. Os exames de auditoria externa conduzidos por firmas de auditoria de renome continuam a servir como um mecanismo essencial de salvaguarda, e a avaliação recomendou o reforço da coordenação da auditoria pela alta administração do BCSTP para assegurar a aplicação imediata de medidas correctivas para sanar os problemas detectados durante a auditoria. O fortalecimento da função de auditoria interna e a implementação de políticas formais de investimento também figuram entre as recomendações.

Regime cambial:

O regime cambial *de jure* e *de facto* é classificado como paridade fixa convencional ao euro. Desde Janeiro de 2010, São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro, à taxa de Db 24.500 por euro. A lei orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão sobre a venda de divisas não pode ser superior a 2% no caso do euro e 4% no caso das outras moedas. As compras de euros devem ser efectuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. A taxa oficial cruzada entre o euro e o dólar baseia-se na taxa de referência do Banco Central Europeu (BCE) no dia anterior. O BCSTP financia transacções internacionais correntes à taxa de câmbio oficial somente após a verificação da documentação que comprova a boa-fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito às instituições que apresentam uma posição líquida na moeda de transacção não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição líquida em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os regulamentos do banco central sobre liquidez bancária e adequação dos fundos próprios. As instituições financeiras terão acesso às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens e serviços em períodos de crise ou na importação de combustíveis. Os bancos comerciais que cumprirem esses requisitos podem comprar divisas directamente ao banco central, que pode cobrar uma comissão de até 1,5% sobre as vendas de euros e de até 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é meramente indicativa, pois o BCSTP raramente efectua compras. O novo regime cambial eliminou a prática de taxas de câmbio múltiplas relacionada à existência de diversos mercados cambiais com diferentes taxas de câmbio efectivas para operações à vista que vigorava nos anos anteriores.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém uma medida sujeita à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII: uma restrição cambial decorrente dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos do Artigo 3(i) e do Artigo 10.1(b) do Código de Investimento (Lei n.º 7/2008), que condicionam a transferência desses lucros ao pagamento dos impostos e outras obrigações devidas ao Estado. A restrição refere-se ao facto de que a exigência estende-se ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis.

Consulta ao abrigo do Artigo IV:

O Conselho de Administração concluiu as últimas consultas com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 23 de Janeiro de 2012.

Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Nenhuma.

Representante residente:

Desde Outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em São Tomé e Príncipe.

Assistência técnica:

Data da prestação	Departamento/finalidade
Março de 2013	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Janeiro de 2013	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Janeiro de 2013	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Novembro de 2012	Missão do FAD sobre o cenário fiscal de médio prazo
Novembro de 2012	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Novembro de 2012	Missão de seguimento do LEG sobre CBC/FT
Outubro de 2012	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Outubro de 2012	Missão de diagnóstico do FAD sobre as alfândegas
Outubro de 2012	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2012	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Julho de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Abril de 2012	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2012	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Março de 2012	Missão do STA sobre a balança de pagamentos
Fevereiro de 2012	Missão de diagnóstico do LEG sobre CBC/FT
Fevereiro de 2012	Missão do FAD sobre a implementação do SAFEe
Janeiro de 2012	Missão de diagnóstico do FAD sobre administração fiscal
Novembro de 2011	Missão do MCM sobre as necessidades de AT
Novembro de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Novembro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Outubro de 2011	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Agosto de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Junho de 2011	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Junho de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Fevereiro de 2011	Missão do MCM sobre quadros de resolução bancária
Janeiro de 2011	Missão do FAD sobre contabilidade pública
Setembro de 2010	Missão do MCM sobre gestão de liquidez
Agosto/Setembro de 2010	Missão do STA sobre estatísticas monetárias e financeiras
Dezembro de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Agosto de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Junho de 2009	Missão do FIN sobre avaliação das salvaguardas
Mai de 2009	Missão do FAD sobre gestão financeira pública
Abril de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Março de 2009	Missão do MCM sobre supervisão bancária
Janeiro de 2009	Missão do STA sobre contas nacionais

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO MUNDIAL

Plano Executivo de Acção Conjunta (JMAP) para São Tomé e Príncipe

(em de Abril de 2013)

1. As equipas do FMI e do Banco Mundial para São Tomé e Príncipe reuniram-se para discutir reformas estruturais essenciais para o país, bem como os seus respectivos programas de trabalho para o biénio 2013-14.
2. O programa de trabalho do Banco Mundial é norteado por uma Nota de Estratégia Intercalar aprovada em 2011, que focaliza a aceleração do crescimento económico sustentável e de bases alargadas e o fortalecimento da governação, das instituições públicas e do capital humano. Uma nova Estratégia de Assistência ao País (CAS) para 2013–2016 será concluída em 2013, na sequência da finalização recente de uma Nota Consultiva Conjunta (JSAN) sobre a segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Os fundamentos analíticos da Estratégia de Assistência ao País incluem um memorando económico intitulado “O sucesso para além do petróleo”, concluído em 2011, um Estudo Diagnóstico sobre a Integração do Comércio e uma Avaliação da Pobreza, que devem ser concluídos em 2013. Um operação de apoio orçamental na vertente Governação e Competitividade foi aprovada em Março de 2012. Trata-se da primeira de uma série de três operações anuais de apoio orçamental programático para 2012–14. Um relatório de Avaliação do Desempenho e da Gestão da Dívida (DeMPA) foi concluído em Outubro de 2011, e um plano de reformas para aperfeiçoar a gestão da dívida, em complemento ao DeMPA, foi concluído em Março de 2012.
3. O programa de trabalho do FMI prevê a discussão no Conselho de Administração da primeira avaliação do acordo trienal ao abrigo da ECF, uma visita do corpo técnico, uma missão para conduzir as discussões ao abrigo do Artigo IV e a segunda avaliação do acordo ECF, e a assistência em matéria de capacitação nas áreas de gestão financeira pública, gestão de liquidez e supervisão bancária.
4. O Banco e o Fundo estão a prestar apoios complementares para ajudar São Tomé e Príncipe a fortalecer a gestão financeira pública e fazer progressos rumo à sustentabilidade da dívida. No que respeita a esta última, as equipas do FMI e do Banco Mundial elaboraram em conjunto uma actualização da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) em 2012. Uma nova ASD será elaborada em 2013.

Programa de trabalho para o período 2013–14			
<i>Título</i>	<i>Produtos</i>	<i>Datas provisórias das missões</i>	<i>Data prevista de conclusão</i>
A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes			
Programa de trabalho do Banco Mundial nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da Pobreza • Estratégia de Assistência ao País (CAS) • Estudo Diagnóstico sobre a Integração do Comércio (EDIC); • Operação de apoio ao orçamento 	Junho de 2013 Junho/Julho de 2013 Outubro de 2013 Novembro de 2013	Exercício 2014 Exercício 2014 Exercício 2014 Exercício 2014
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> • Visita do corpo técnico • Segunda avaliação do acordo ECF e Artigo IV • Terceira avaliação do acordo ECF • Assistência técnica do FAD: <ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão das finanças públicas • Assistência técnica do MCM: <ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão de liquidez ○ Supervisão bancária 	Julho de 2013 Setembro de 2013 Março de 2014	Julho de 2013 Novembro de 2013 Maio de 2014
B. Pedido de contributos para o programa de trabalho			
Pedido do FMI ao Banco (com justificação sumária)	<ul style="list-style-type: none"> • Informação sobre as operações do BM de apoio ao orçamento e o calendário de desembolsos 	Em apoio ao programa orçamental de 2014	Setembro de 2013

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

(em Abril de 2013)

1. São Tomé e Príncipe tornou-se membro do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) em 1976. Até à data, o BAfD financiou 29 operações no país. Este total abrange 24 projectos, alguns deles de apoio institucional, e cinco estudos, para um total de compromissos líquidos de UC 112,299 milhões no âmbito do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD) (98,9%), bem como uma operação especial de apoio de UC 1 milhão no âmbito do Nigeria Trust Fund (NTF). A grande maioria dessas operações (94%) foi financiada através de empréstimos, e os restantes 6% através de donativos. Em 19 de Março de 2013, o total de desembolsos ascendia a UC 87,1 milhões, ou 78% dos compromissos líquidos. O sector agrícola foi o mais beneficiado, com 29.14% da afectação total, seguido pelos transportes (23,6%), intervenções plurisectoriais (21,4%), sector social (17,2%) e serviços de utilidade pública (8,7%). Estas operações ajudaram na construção e reabilitação de infra-estruturas económicas e sociais básicas (estradas, aeroporto, electricidade, água, escolas e centros médicos) e reforçaram as capacidades económicas e institucionais do país.

2. Em 19 de Março de 2013, a carteira do BAfD abrangia seis projectos activos, para um total de compromissos de UC 20,4 milhões, nomeadamente: o projecto de desenvolvimento de recursos humanos; o projecto de desenvolvimento pecuário II; o projecto de reabilitação das infra-estruturas para a segurança alimentar (PRIASA); o recenseamento geral da população e habitação; o projecto de gestão das finanças públicas (PAGEF)¹; e a assistência técnica e capacitação no Ministério do Plano e Finanças² (Tabela 1).

3. O actual envolvimento do BAfD em STP é regido pelo novo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012-2016, aprovado em Julho de 2012. O principal objectivo do CSP é preparar as autoridades para a nova era de produção de petróleo e os desafios e riscos que ela representa para o desenvolvimento socioeconómico do país. A nova estratégia assenta num pilar único de capacitação e fortalecimento das instituições, o qual absorveu a totalidade dos recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD)-12 para STP, que ascendem a UC 5 milhões. Mais especificamente, a estratégia busca melhorar a capacidade das principais instituições da administração pública, inclusivamente no que respeita ao desenvolvimento dos recursos humanos, sistemas nacionais e quadros jurídicos e regulamentares de importância estratégica, até o início da era do petróleo.

¹ O PAGEF foi aprovado em 14 de Janeiro de 2013, no contexto do novo documento de estratégia nacional (CSP) de 2012-2016, e tem como objectivos a melhoria da governação económica e financeira, a planificação estratégica e a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento do sector privado.

² Aprovada em 4 de Março de 2013, a assistência conjunta será prestada pelo Departamento Regional Sul (ORSB) e pela Facilidade Africana de Apoio Jurídico, instituída pelo BAfD para prestar aconselhamento jurídico aos países africanos e contribuir para a capacitação neste domínio.

4. Como parte da sua estratégia e dos seus produtos do conhecimento, o BAfD organizou um workshop de validação no Gabão, em Novembro de 2012. Na ocasião, foram apresentadas a representantes do governo e do sector privado para debate as constatações do estudo regional sobre os constrangimentos ao investimento do sector público na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEAC), da qual STP é membro.

5. São Tomé e Príncipe alcançou os pontos de decisão e de conclusão da Iniciativa HIPC para os países pobres muito endividados em 2000 e 2007, respectivamente. Na sequência, o país qualificou-se para a MDRI, e o serviço da dívida no âmbito desta iniciativa foi estimado em USD 99,56 milhões. A assistência total do BAfD no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI ascendeu a USD 187,92 milhões. No final de Dezembro de 2008, o BAfD forneceu alívio de USD 13,33 milhões no âmbito da HIPC e USD 99 milhões no âmbito da MDRI.

Tabela 1. Projectos em curso do BAfD (Milhões de UC)

Título dos projectos	Facilidade	Compromisso	Taxa de desembolso (%)
Desenvolvimento de recursos humanos	Empréstimo FAfD	3,5	55,7
Projecto de desenvolv. pecuário – Fase II	Donativo FAfD	4,0	21,25
PRIASA	Donativo FAfD	5,0	16,0
Recenseamento geral da população e habitação	Donativo FAfD	0,7	56,93
PAGEF	FAfD +FSF	7	0,0
Assistência técnica e capacitação	FAfD +FSF	0,2	0,0
Total		20,4	34,47 (média)

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(em Abril de 2013)

Introdução

1. Embora na generalidade os dados económicos sejam apropriados para fins de supervisão, os graves constrangimentos em termos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos atrasaram os avanços no fortalecimento do sistema estatístico.
2. O país participa do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI desde 20 de Abril de 2004. Os metadados e planos para melhorias não foram actualizados desde à publicação original dos metadados no Boletim Electrónico sobre Normas de Difusão (DSBB). No período 2003–09, o país beneficiou de assistência técnica do STA e de outros provedores, em grande medida no âmbito do Projecto do GDDS para os PALOP.

Contas nacionais

3. As estatísticas sobre o PIB/PNB são compiladas em base anual e fornecidas aquando das consultas do Artigo IV e missões de avaliação dos programas. O STA prestou assistência técnica na área de contas nacionais ao Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2005, 2006, 2008 e 2009. As baixas taxas de resposta e/ou a insuficiência de rigor das respostas aos inquéritos às empresas, inclusive da parte das empresas mais importantes, continuam a afectar a qualidade dos dados de negócios compilados.
4. Em meados de 2011 foi divulgada uma nova série do PIB para o período 2007-10, com ano base 2001. As novas estimativas cobrem: i) o PIB pela óptica da produção a preços correntes e constantes e ii) mapas de classificação transversal por sector industrial. As séries revisadas reflectem com mais exactidão os desenvolvimentos económicos recentes. Com base nos mais recentes censo populacional, censo empresarial e sondagem das condições de vida, passou-se a atribuir maior peso aos sectores que apresentaram crescimento mais rápido, tais como comércio, transportes, comunicações e serviços. Ainda que a revisão da série do PIB constitua uma melhoria significativa, ainda há várias deficiências. Novas melhorias dependerão dos dados do inquérito ao orçamento familiar concluído recentemente (e não do inquérito às condições de vida), utilizando preços ao produtor e melhores estimativas da produção agrícola. O INE está a avançar no sentido de implementar um novo sistema que melhor retrate os inquéritos e a informação do mercado e que inclua estimativas sobre o sector informal.

Preços no consumidor

5. Desde 1997 as ponderações do IPC são baseadas num inquérito aos agregados familiares de três meses conduzido em 1995. É preciso compilar os dados do recente inquérito ao orçamento familiar para actualizar as ponderações. As actuais sondagens de preços cobrem apenas a capital, mas há planos para utilizar os resultados do inquérito ao orçamento familiar de 2010 para alargar a cobertura para todo o país. As autoridades estão a envidar esforços para compilar um novo IPC com

base nas ponderações revistas e na cobertura alargada, e os respectivos dados deverão estar prontos até ao final de 2013.

Estatísticas das finanças públicas

6. Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projectos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os empréstimos a projectos financiados por doadores estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida.

7. Uma missão de estatísticas de finanças públicas (EFP) de Outubro de 2004 auxiliou o Ministério das Finanças a compilar e disseminar EFP do governo geral segundo as directrizes do *GFSM 2001 (Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001)*. A missão preparou tabelas de passagem entre a classificação nacional do orçamento e as classificações segundo o *GFSM 2001*; estas tabelas serão utilizadas para compilar as estatísticas de finanças públicas que serão reportadas ao STA e ao AFR, bem como para informar as decisões do Ministério das Finanças. Dada a importância das receitas relacionadas ao petróleo, a missão examinou também a classificação das receitas do petróleo nos termos da Lei de Gestão da Receita Petrolífera e fez recomendações sobre a classificação dessas transacções. Uma missão de seguimento, em Setembro de 2007, verificou que houve alguns progressos em relação às recomendações da missão de 2004. Em especial, em Janeiro de 2007 foi aprovada uma nova lei do orçamento que promoveu melhorias significativas nas classificações nacionais do orçamento. Apesar desses esforços, a tentativa de acelerar os progressos estatísticos esbarra na ausência de um sistema contabilístico apropriado.

Estatísticas monetárias e financeiras

8. Missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em Dezembro de 2004, Abril/Maio de 2006, Junho de 2007 e Setembro de 2010, em resultado das quais melhorou-se a exactidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos.

9. As missões constataram que os balancetes mensais do BCSTP eram, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o *MFSM (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras)*.

10. Um novo Plano de Contas das outras sociedades de depósitos (OSD) foi adoptado em Janeiro de 2010. A missão de Setembro de 2010 examinou este novo plano de contas para o sistema financeiro e considerou-o apropriado para a correcta classificação, sectorização e avaliação dos instrumentos financeiros, e compatível com a metodologia do *MFSM*. Contudo, a missão constatou graves deficiências na informação reportada por alguns bancos e incoerências na abordagem adoptada pelos bancos no reporte de dados ao BCSTP. Um banco de investimento que



Comunicado de Imprensa n.º 13/210
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
13 de Junho de 2013

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Avaliação do FMI conclui a primeira avaliação do acordo ECF com São Tomé e Príncipe e aprova desembolso de USD 0,564 milhões

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a primeira avaliação no âmbito de um acordo de três anos com São Tomé e Príncipe ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).¹ Concluída a avaliação, um montante equivalente a DSE 0,370 milhões (cerca de USD 0,564 milhões) fica imediatamente disponível, perfazendo um total de DSE 0,740 milhões (cerca de USD 1,129 milhões) em desembolsos ao abrigo do acordo ECF. A decisão do Conselho foi tomada por decurso de prazo.²

A economia santomense continua vulnerável a choques, conforme evidenciado no crescimento menor e no declínio menos pronunciado do que se previa da taxa de inflação em 2012, mas as autoridades conseguiram preservar a prudência orçamental tão duramente conquistada. Verificou-se uma ligeira aceleração do crescimento da moeda, como reflexo de uma acumulação de activos em moeda estrangeira, enquanto o banco central continuou a tomar medidas para fortalecer o sector financeiro.

O desempenho no âmbito do programa tem sido positivo, mesmo numa conjuntura difícil. Os esforços redobrados para conter os gastos, num cenário de insuficiência de receitas e financiamento, contribuiu para a consecução das metas orçamentais e, em simultâneo, para a protecção da paridade cambial e a redução da taxa de inflação. As autoridades obtiveram também bons progressos nas reformas estruturais nas áreas de administração fiscal, estabilidade financeira e quadro de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Embora as perspectivas a médio prazo permaneçam favoráveis, em virtude da esperada produção e exportação de petróleo a partir de 2015, o panorama económico a curto prazo é mais complexo. A previsão de crescimento em 2013 sofreu uma ligeira revisão em baixa, para 4,5 por cento, em vista das incertezas que ainda restam na economia mundial, enquanto

¹ Os acordos ECF foram concebidos visando países de baixo rendimento que necessitam da assistência financeira do FMI.

² O Conselho de Administração toma decisões por decurso de prazo quando considera que uma proposta pode ser avaliada sem a necessidade de convocar discussões formais.

a previsão de inflação sofreu uma ligeira revisão em alta. Espera-se que a cobertura das reservas internacionais mantenha-se acima dos três meses de importações.

O Governo deve manter a orientação prudente da política orçamental, bem como buscar uma solução para o problema de longa data dos atrasados cruzados. Para o efeito, é fundamental que mantenha a execução do orçamento em linha com a meta orçamental programada e continue a aplicar políticas prudentes de endividamento externo, enquanto intensifica os esforços para mobilizar mais receitas de modo a criar uma margem de manobra orçamental para a realização dos gastos prioritários. O programa continuará a concentrar-se em garantir a estabilidade financeira, inclusive através das inspeções *in situ* dos bancos, enquanto o banco central deve estar pronto para exigir o aumento de capital dos bancos, conforme necessário, para garantir a estabilidade financeira.

O acordo trienal com São Tomé e Príncipe ao abrigo da ECF, no montante de DSE 2,59 milhões (cerca de USD 3,9 milhões à época), foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 20 de Julho de 2012 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 12/272](#)).

ingressou no mercado recentemente ainda não foi incluído na cobertura das OSD. O banco central já começou a recolher dados das companhias de seguros que iniciaram as suas actividades nos últimos anos. O volume de activos das companhias de seguros ainda é pequeno demais para justificar a inclusão destas nas estatísticas monetárias.

Estatísticas do sector externo

11. Existem deficiências significativas na recolha de dados de base relacionados ao comércio de mercadorias. Algumas transacções, inclusivamente algumas importações relacionadas ao investimento, não são totalmente capturadas na balança de pagamentos. Os dados mensais sobre as principais exportações e importações são reportados com regularidade ao AFR, com a inclusão esporádica dos preços unitários e volumes de exportações. O AFR não recebe nenhum dado sobre a posição de investimento internacional de São Tomé e Príncipe, uma vez que o BCSTP ainda não compila esses dados.

12. Uma missão de Março de 2012 constatou incoerências na classificação das operações da balança de pagamentos e que alguns componentes continuam a ser em grande medida estimados. A limitação de recursos, especialmente em termos de pessoal qualificado, contribui para a falta de progressos nas taxas de resposta aos inquéritos. A missão recomendou melhorias na coordenação e na partilha de dados entre os órgãos produtores de dados, a intensificação dos contactos com os respondentes dos inquéritos, bem como o uso de fontes alternativas para melhorar os dados de base. A missão auxiliou as autoridades na criação de um mapa de transição para o reporte de dados no formato exigido pelo *BPM6 (Manual da Balança de Pagamentos, sexta edição)* e elaborou um conjunto de recomendações e um plano de trabalho detalhado para reforçar a capacidade de compilação. As limitações de recursos do BCSTP também impediram o desenvolvimento de dados da posição de investimento internacional.

13. As autoridades deram continuidade aos esforços anteriores para fortalecer a gestão de dados da dívida, e uma nova unidade foi criada no final de 2003 no Ministério das Finanças para este fim. As autoridades estão a reconciliar os registos da dívida com os credores, e está a ser posto em operação o sistema de registo e gestão da dívida do Secretariado da Commonwealth.

Indicadores mais comuns exigidos para fins de supervisão

(em 20 de Maio de 2013)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁶	Frequência do reporte	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Maio 2013	Maio 2013	D	D	D
Activos e passivos de reserva internacionais da autoridade monetária ¹	Maio 2013	Maio 2013	D	D	D
Reserva/base monetária	Maio 2013	Maio 2013	D	D	D
Massa monetária	Março 2013	Maio 2013	M	M	M
Balanço do banco central	Abril 2013	Maio 2013	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Março 2013	Maio 2013	M	M	M
Taxas de juros ²	Março 2013	Abril 2013	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Abril 2013	Maio 2013	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Dez. 2012	Março 2013	T	T	T
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Dez. 2012	Março 2013	T	T	T
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	Dez. 2012	Março 2013	T	I	T
Balança de transacções correntes externas	Dez. 2012	Março 2013	A	I	A
Exportações e importações de mercadorias	Março 2013	Maio 2013	M	M	A
PIB/PNB	2010	Ago. 2011	A	I	A
Dívida externa bruta	Dez. 2012	Março 2013	T	I	A

¹ Inclui os activos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do banco central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extra-orçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).

dados semanais serão fornecidos no prazo de duas semanas após o final de cada semana. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:

- Dados diários sobre taxas de câmbio, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
 - Dados diários sobre taxas de juro, a serem publicados no sítio web do BCSTP;
 - Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo base monetária em dobras e moeda em circulação, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
 - Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada no sítio web do BCSTP;
 - Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas pro memória solicitadas);
 - Dados mensais do balanço individualizados de todas as sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);
 - Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI);
 - Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI);
 - Orçamento cambial mensal do Banco Central;
 - Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira;
 - Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).
- 3) **Dados da Dívida Externa:** O Gabinete de Gestão da Dívida do Ministério do Plano e Finanças fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a informação seguinte:
- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor: montante pago, programado e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado;
 - Dados trimestrais sobre desembolsos de projectos com financiamento externo e empréstimos de apoio programático.
- 4) **Contas Nacionais e Estatísticas Comerciais:** Os dados seguintes serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:
- Dados mensais do índice de preços ao consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de um mês após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de produtos, fornecidos pela Direcção das Alfândegas do Ministério do Plano e Finanças, no prazo de dois meses após o final de cada mês;
 - Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direcção das Alfândegas.